

# EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS DOS EMPREGADOS NA AGRICULTURA BRASILEIRA NO PERÍODO 1992-2004<sup>1</sup>

Otávio Valentim Balsadi<sup>2</sup>  
Eliane Gonçalves Gomes<sup>3</sup>

**RESUMO:** O artigo analisou a evolução das condições de vida das famílias dos empregados na agricultura brasileira no período 1992-2004, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Para a análise, um Índice de Condições de Vida (ICV) foi elaborado a partir de 17 indicadores selecionados, de forma a mensurar quatro dimensões de grande relevância no cotidiano das famílias: as características do domicílio; o acesso aos serviços públicos; o acesso aos bens duráveis; e a renda média familiar. Para a determinação dos fatores de ponderação do ICV foi usado o método multicritério Macbeth (Measuring Attractiveness by a Categorical Based Evaluation Technique). Os resultados mostraram que houve avanços em, praticamente, todos os tipos de famílias agrícolas e pluriativas, em todas as regiões. Um dado importante é que houve sensíveis reduções nas diferenças de ICV entre as famílias pluriativas e as agrícolas, especialmente nos índices parciais ligados às condições do domicílio e ao acesso aos serviços públicos. Os maiores ICVs foram registrados, no geral, para as famílias urbanas, pluriativas e de empregados permanentes. Em oposição, os ICVs mais baixos eram os das famílias rurais, agrícolas e de empregados temporários.

**Palavras-chave:** condições de vida, multicritério, famílias agrícolas, famílias pluriativas, empregados.

## EVOLUTION OF LIFE CONDITIONS OF EMPLOYEE'S FAMILIES IN BRAZILIAN AGRICULTURE: 1992-2004 PERIOD

**ABSTRACT:** The article analyzed the evolution of life conditions of employees' families in Brazilian agriculture in the 1992-2004 period, based on the National Household Sample Survey (PNAD) data. For the analysis, a Life Conditions Index (LCI) was built by assembling 17 selected indicators, in order to measure four relevant dimensions in the families' daily life: household characteristics; access to public services; access to durable goods; and family's average income. The Macbeth approach was used to calculate the LCI's weights. The results showed that progresses took place in practically all types of agricultural and plural active in all the Regions. It is important to evidence is that there were sensitive reductions in the differences of LCI between families engaged in plural activities and the agricultural ones, especially in the partial indexes regarding household conditions and access to public services. The largest LCIs were registered for urban families, those undertaking plural activities and families of permanent employees. In opposition, the lowest LCIs were those of the rural families, agricultural families and families of temporary employees.

**Key-words:** life conditions, multicriteria, agricultural families, plural active families, employees.

**JEL Classification:** I31; J43; O18.

<sup>1</sup>Este artigo está baseado no quarto capítulo da Tese de Doutorado do primeiro autor, intitulada "O Mercado de Trabalho Assalariado na Agricultura Brasileira no Período 1992-2004 e suas Diferenciações Regionais". Registrado no CCTC, REA-03/2007.

<sup>2</sup>Engenheiro Agrônomo, Doutor, Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) (e-mail: otavio.balsadi@embrapa.br).

<sup>3</sup>Engenheira Química, Doutora, Pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) (e-mail: eliane.gomes@embrapa.br).

## 1 - INTRODUÇÃO

Uma consulta atenta à literatura especializada mostra que, apesar da relevância do tema, há poucos estudos sobre as condições de vida das famílias com vínculo, total ou parcial, à agricultura brasileira, particularmente no período mais recente. Entre eles, podem ser citados os de Balsadi (2006); Nascimento (2005); Barreto; Khan; Lima (2005); Medeiros e Campos (2002); Kageyama e Hoffmann (2000); Kageyama (1999); Leone (1995); e Kageyama e Rehder (1993).

A partir desses trabalhos, este estudo sofreu influência em pelo menos três aspectos: na seleção dos indicadores utilizados para mensurar as várias dimensões das condições de vida; no uso e na metodologia de construção de índices sintéticos para se medir as condições de vida das famílias; e na importância da comparação das condições de vida entre as famílias agrícolas e as famílias pluriativas.

Certamente, um dos trabalhos pioneiros e com bastante repercussão na construção de índices sintéticos foi o de Kageyama e Rehder (1993). Preocupados em mensurar o bem-estar rural nos diferentes estados do Brasil na década de 1980, os autores propuseram o Índice de Bem-Estar Social Rural (IBES), que foi construído a partir de quatro dimensões, por meio de doze indicadores e quatro índices parciais: de educação; de renda; de condições de trabalho e de condições do domicílio.

Com o intuito de fazer uma avaliação socioeconômica do Programa Reforma Agrária Solidária em assentamentos localizados nos municípios de Iguatu e Quixeramobim, no Estado do Ceará, Medeiros e Campos (2002) propuseram a criação de dois índices: um relacionado com o desenvolvimento humano e outro com as condições de vida dos assentados<sup>4</sup>. O Índice de Desenvolvimento Hu-

<sup>4</sup>Ambos os índices seguiram os mesmos passos metodológicos: escolha dos indicadores simples que compõem cada uma das dimensões utilizadas; padronização dos indicadores pelo método dos valores máximo e mínimo (0 corresponde à pior situação, enquanto 1 corresponde à melhor); e definição da estrutura de ponderação, que no caso foi a média ponderada para cada indicador e a média aritmética simples para o cálculo final dos índices, com o mesmo peso para cada uma das dimensões ou índices parciais.

mano (IDHI) nos imóveis dos assentamentos escolhidos foi composto tal como o IDH, com três dimensões e quatro indicadores: para medir a longevidade utilizou-se a esperança de vida ao nascer; para medir o nível de educação foram utilizados o número médio de anos de estudo e a taxa de analfabetismo; e para mensurar a renda trabalhou-se com a renda familiar per capita média. Já o Índice de Condições de Vida (ICVI) nos imóveis foi construído a partir de seis dimensões: as três do IDHI acrescidas de infância, habitação, lazer e informação. E o número de indicadores foi bastante ampliado, sendo utilizados vinte no total.

Nessa mesma linha, Barreto; Khan; Lima (2005) propuseram um Índice de Sustentabilidade (IS) para verificar se os assentamentos de reforma agrária no município de Caucaia, no Estado do Ceará, estavam contribuindo para a melhoria das condições de vida de seus habitantes. O IS foi montado a partir de um amplo conjunto de indicadores ligados aos temas de educação, saúde, habitação, renda, lazer, aspectos sanitários, capital social e meio ambiente.

De fato, o IS foi composto por três índices intermediários: o Índice de Desenvolvimento Econômico e Social (IDES); o Índice de Capital Social (ICS); e o Índice Ambiental (IA), esses dois últimos com certo pioneirismo. Cada um dos índices intermediários (ou parciais) foi construído a partir de um conjunto amplo e variado de indicadores, que foram coletados em questionário específico elaborado pelos autores para as pesquisas de campo. Vale dizer que foram obtidos pela média ponderada, tanto nos indicadores simples quanto na contribuição de cada dimensão para o resultado final.

Quanto aos demais trabalhos, eles também foram muito relevantes ao introduzirem novos indicadores no estudo das condições de vida das famílias com algum vínculo com a agricultura, que iam além da questão da renda. Desses novos olhares, começaram a ser utilizados, com mais frequência, indicadores relacionados com as condições de moradia das famílias, com o acesso que as mesmas tinham aos serviços e à infra-estrutura social básica, bem como aos bens de consumo durável. Com o cresci-

mento da atenção para o fenômeno da pluriatividade, esses estudos passaram também a fazer comparações das condições de vida das famílias agrícolas com as pluriativas, ou seja, aquelas nas quais as pessoas combinam atividades agrícolas com atividades não agrícolas. No geral, os resultados sempre foram melhores para as famílias pluriativas.

Em função do exposto, o objetivo deste artigo é, justamente, contribuir para a análise da evolução das condições de vida das famílias dos empregados agrícolas no período 1992-04, com base também em um índice sintético, no caso o Índice de Condições de Vida (ICV).

## 2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O ICV foi construído a partir de dezessete indicadores selecionados, de forma a captar-se quatro dimensões de grande relevância no cotidiano das famílias: as características do domicílio; o acesso aos serviços públicos; o acesso aos bens duráveis; e a renda média familiar. Para a agregação dos diversos indicadores componentes do ICV foi usado o método multicritério Macbeth (BANA E COSTA e VANSNICK, 1995, 1997). O ICV foi calculado para as famílias dos empregados permanentes e temporários, segundo o local de residência (rural e urbano), para o total de Brasil e para as cinco Grandes Regiões.

Para a construção do ICV, os passos foram os seguintes: obtenção dos indicadores simples; construção dos índices parciais, a partir das médias ponderadas dos indicadores simples, no sentido de captar as dimensões das condições de vida; cálculo do ICV a partir das médias ponderadas dos índices parciais.

O conceito de família utilizado neste estudo é o mesmo conceito de família extensa adotado no Projeto Rurbano. Ou seja, as famílias extensas agregam, além da família nuclear, os parentes e os agregados que vivem no mesmo domicílio particular permanente<sup>5</sup>. Trata-se, portanto, de uma unidade de consumo e

<sup>5</sup>Para efeito de cálculo da renda familiar foram excluídos os pensionistas (que pagam pensão ao responsável pelo domicílio), os empregados domésticos e seus parentes.

renda das pessoas que vivem sob um mesmo teto e que partilham entre si um fundo comum de recursos monetários e não monetários.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considera como domicílio, nas pesquisas da PNAD, o local de moradia, estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. *“A separação fica caracterizada quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas etc., coberto por um teto, e permite que seus moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia. A independência fica caracterizada quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que seus moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas”* (IBGE, 2004, p.4).

Os domicílios podem ser classificados como coletivos ou particulares. Os domicílios particulares são aqueles destinados à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas cujo relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou, ainda, normas de convivência. Os domicílios particulares ainda são classificados em improvisados ou permanentes. Os domicílios particulares permanentes são aqueles localizados em casas, apartamentos ou cômodos e destinados à moradia (IBGE, 2004).

Para a classificação das famílias extensas, utilizou-se a mesma tipologia de Graziano da Silva e Del Grossi (2000), também desenvolvida no âmbito do Projeto Rurbano, com alguns adendos: conceito amplo de Pessoas Economicamente Ativas (PEA) (ao invés do restrito<sup>6</sup>) e abertura para as cinco Grandes Regiões brasileiras.

A tipologia utilizada classifica as famílias extensas, segundo a posição na ocupação (empregadores, conta própria, empregados e autoconsumo),<sup>7</sup>

<sup>6</sup>O conceito de PEA restrita, no qual são excluídas as pessoas não remuneradas ocupadas menos de 15 horas na semana e as pessoas dedicadas exclusivamente às atividades de autoconsumo e autoconstrução, foi utilizado nas pesquisas do Projeto Rurbano para compatibilização das séries das PNADs dos anos de 1980 com as séries dos anos de 1990 (DEL GROSSI, 1999; CAMPANHOLA; GRAZIANO da SILVA, 2000). Isso porque, a partir de 1992, foi alterado o conceito de trabalho na PNAD e incluídas duas novas categorias de trabalhadores (autoconsumo e autoconstrução).

<sup>7</sup>Se um dos membros da família declarou ser empregador, a família foi classificada como tal, independentemente da posição na ocupação dos demais membros. Isso porque a posição de empre-

e por local do domicílio (urbano ou rural). As famílias com pelo menos uma pessoa ocupada são classificadas em agrícolas, não agrícolas ou pluriativas, de acordo com a atividade exercida pelos seus membros na semana de referência da PNAD. Foram consideradas famílias agrícolas aquelas em que todos os membros exerceram atividades na agricultura como ocupação principal na semana de referência. No caso oposto, foram consideradas não agrícolas. E, foram consideradas famílias pluriativas aquelas em que pelo menos um membro exerceu uma ocupação agrícola e outro, uma não agrícola.

Vale a pena reforçar que o interesse (recorte) deste estudo é analisar as condições de vida das famílias de empregados<sup>8</sup> que têm relação (parcial ou exclusiva) com a agricultura (famílias extensas agrícolas e pluriativas). Por isso, não serão explorados os dados relativos às famílias não agrícolas, nem tampouco às de autoconsumo.

Segundo Graziano da Silva e Del Grossi (2000), o fato de se utilizar o período da última ou da penúltima semana de setembro (período de referência da PNAD), que é o período usualmente adotado na definição da PEA pelo IBGE, ao invés do ano anterior, tende a subestimar o número de famílias agrícolas<sup>9</sup>.

---

gador de um de seus membros constitui uma boa *proxy* da posição social da família. Na falta de um empregador, a família foi classificada como de conta própria, se um dos membros ativos declarou-se como tal, independente da posição na ocupação dos demais membros. Em caso de não haver nem um empregador e nem um conta própria, a família foi classificada como de empregados, se pelo menos um dos seus membros declarou exercer uma atividade agrícola na semana de referência. Em caso de não haver nem um empregador, nem um conta própria e nem um empregado, a família é classificada como de autoconsumo, se pelo menos um dos seus membros declarou exercer trabalho na produção para o próprio consumo na semana de referência.

<sup>8</sup>Especificamente na família de empregados, se um dos membros com ocupação na semana de referência declarou ser empregado permanente, a mesma foi classificada como família de empregado permanente, independentemente da condição dos demais. Na ausência de empregados permanentes, a família foi considerada como de empregado temporário.

<sup>9</sup>A PEA varia conforme o período de referência que se considera para definição da atividade principal da pessoa entrevistada, dada a variação sazonal típica das atividades agrícolas. Ocorre que a última ou a penúltima semana de setembro é uma época de safras nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, que concentram a maior parte da produção do País. Supõe-se, portanto, que nessas sema-

A construção do ICV das famílias dos empregados considerou, como salientado, quatro dimensões principais da vida delas: características do domicílio; acesso aos serviços públicos; acesso aos bens duráveis; e renda média familiar.

Para analisar as características dos domicílios foram selecionados os seguintes indicadores: porcentagem de domicílios, cujo material de construção é alvenaria (MAT); porcentagem de domicílios, cujo material que predomina na cobertura é telha ou laje de concreto (TELHA); porcentagem de domicílios com banheiro ou sanitário (BAN); e porcentagem de domicílios próprios (PROP). No acesso aos serviços básicos, foram selecionados: porcentagem de domicílios com água canalizada (AGUAC); porcentagem de domicílios com coleta de lixo (COLIX); porcentagem de domicílios com energia elétrica (ENEL); porcentagem de domicílios com rede coletora de esgoto (COLESG).

No acesso aos bens duráveis, foram selecionados: porcentagem de domicílios com telefone fixo ou celular (TEL); porcentagem de domicílios com fogão de duas ou mais bocas (FOG); porcentagem de domicílios com filtro de água (FIL); porcentagem de domicílios com rádio (RAD); porcentagem de domicílios com televisão em cores (TV); porcentagem de domicílios com geladeira (GEL); porcentagem de domicílios com *freezer* (FRE); e porcentagem de domicílios com máquina de lavar roupa (MAQ). Para análise da renda familiar foi selecionado o indicador relacionado à renda média familiar.

De todos os indicadores selecionados, apenas a renda média familiar precisou ser padronizada para variar de 0 a 100, segundo o método do valores máximo e mínimo. Antes de ser feita a padronização, a renda média foi corrigida para dezembro de 2005, por meio do Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC, do IBGE, de acordo com Hoffmann e Kageyama (2005).

De acordo com Graziano da Silva e Del Grossi (2000), a análise das rendas recebidas pelas pessoas

---

nas, um número maior de pessoas estejam ocupadas em atividades agrícolas que em outras épocas do ano. O inverso, porém, ocorre nas Regiões Norte e Nordeste, onde é tempo de seca, o que reduz as atividades agrícolas ao mínimo necessário para a manutenção das criações e dos tratamentos culturais.

sempre têm muitas limitações, sendo a mais importante delas a subestimação dos valores declarados, em particular das rendas mais altas. Mas, em que pese essas limitações, as PNADs ainda representam a mais atualizada e abrangente base de dados do País para a análise da ocupação, do emprego e dos rendimentos pessoais, até porque não existe outra que tenha a sua abrangência, quer em termos territoriais, quer em amplitude temática.

Os ICVs obtidos são passíveis de comparação intertemporal. Para a comparação, usou-se a idéia de progresso relativo, calculado pela expressão:

$$\frac{\text{valor do índice em } t1 - \text{valor em } t0}{100 - \text{valor em } t0}$$

O denominador mostra o máximo crescimento que seria possível a partir do ano inicial (progresso possível) e o numerador indica o crescimento obtido de fato no período considerado (progresso efetivo). A razão entre os dois valores compreende a velocidade relativa da melhoria nas condições de vida (KAGEYAMA e REHDER, 1993).

Para melhorar a estrutura de pesos do ICV recorreu-se ao auxílio das técnicas de multicritério<sup>10</sup> pelo fato de se contar com um conjunto de indicadores já pré-definido, que, a partir da revisão de literatura, é considerado como um todo coerente, coeso, não redundante e relativamente exaustivo<sup>11</sup>.

O Apoio Multicritério à Decisão (AMD) consiste em um conjunto de métodos e técnicas para auxiliar ou apoiar pessoas e organizações a tomarem decisões, quando da presença de uma multiplicidade de critérios. No AMD são construídos modelos que legitimam os juízos de valor subjetivos. Ou seja, pressupõe aceitar que a subjetividade está presente

em todo o processo de decisão, pois é consensual que nenhum método consegue eliminá-la totalmente, especialmente, no processo de definição das estruturas de ponderação.

Em AMD, os juízos de valor dos decisores são expressos por meio de suas estruturas de preferência entre pares de alternativas ou critérios. As quatro relações fundamentais são indiferença, preferência estrita, preferência fraca e incomparabilidade. A forma de explicitar as estruturas de preferência do decisor varia de acordo com o método de análise multicritério escolhido. Para a construção do ICV foi escolhido um método da escola americana de multicritério, o Macbeth proposto por Bana e Costa e Vansnick (1995, 1997).

A escolha do referido método foi baseada nos seguintes motivos principais: decisão de se atribuir pesos diferenciados para os indicadores e dimensões selecionados; existência e disponibilidade de um bom conjunto de indicadores; constituir-se em uma solução intermediária entre o total empirismo e as sofisticadas técnicas de econometria, nem sempre muito familiares; disponibilidade e facilidade no uso e na compreensão tanto do método em si quanto do programa computacional que o executa; forte interação entre o especialista (decisor) e o programa, permitindo ajustes nos pesos propostos; realização de testes de consistência em todos os critérios utilizados na definição da estrutura de ponderação.

O método Macbeth permite agregar os diversos critérios de avaliação em um critério único de síntese por meio da atribuição de pesos aos vários critérios, respeitando as opiniões dos decisores. Por meio da comparação par a par da atratividade das alternativas são atribuídos os pesos aos critérios: dadas duas alternativas, o decisor deve dizer qual a mais atrativa (deve receber a maior nota) e qual o grau dessa atratividade em uma escala semântica que tem correspondência com uma escala ordinal (0 = indiferente, 1 = diferença de atratividade muito fraca, 2 = diferença de atratividade fraca, 3 = diferença de atratividade moderada, 4 = diferença de atratividade forte, 5 = diferença de atratividade muito forte e 6 = diferença de atratividade extrema).

<sup>10</sup>Essa parte dos procedimentos metodológicos está fortemente baseada no trabalho de Gomes; Alencar (2005). Para maiores detalhes sobre a metodologia multicritério, em geral, e sobre o Macbeth, em particular, o referido trabalho traz ampla bibliografia.

<sup>11</sup>É importante salientar que outros estudos recorreram a técnicas diferenciadas para definir a estrutura de ponderação. Entre elas, podem ser destacados dois extremos: a simples definição dos pesos a partir da decisão do especialista, com o total predomínio de sua experiência e subjetividade; e o uso de técnicas sofisticadas de econometria a partir de análises fatoriais e principais componentes.

O *software* que implementa computacionalmente o método faz a análise de coerência dos julgamentos e sugere, em caso de incoerência, como resolvê-la. Por programação linear é sugerida uma escala de pesos e os intervalos em que eles podem variar sem tornar o problema inconsistente (Problema de Programação Linear inviável). É ainda facultado ao decisor ajustar o valor dos pesos atribuídos, dentro dos intervalos permitidos (análise de sensibilidade). Segundo Bana e Costa e Vansnick (1997), somente após esse ajuste, com a introdução do conhecimento do especialista, é que fica caracterizada a construção da escala cardinal (quantitativa) de valores.

Matematicamente, a metodologia Macbeth é constituída por quatro Problemas de Programação Linear (PPLs) seqüenciais: PPL 1: realiza a análise de consistência cardinal; PPL 2: responsável pela construção da escala de valor cardinal; PPLs 3 e 4: revelam fontes de inconsistência. A descrição dos PPLs usados pelo método Macbeth pode ser vista, por exemplo, em Soares de Mello; Gomes; Lins (2002).

Para operacionalizar o método, Bana e Costa e Vansnick (1995) propõem a construção de matrizes de juízos de valor para facilitar a expressão dos julgamentos de diferença de atratividade entre os pares de ações. Cada elemento  $x_{ij}$  da matriz toma o valor  $k$  ( $k = 1, 2, 3, 4, 5, 6$ ) se o decisor julgar que a diferença de atratividade do par  $(a_i, a_j)$  pertence à categoria  $C_k$ . Esses números não têm significado matemático e servem apenas como indicadores semânticos de qual categoria de diferença de atratividade foi atribuída ao par respectivo.

Com esse conjunto de julgamentos, a metodologia Macbeth é executada, primeiramente, para verificar eventuais inconsistências e, posteriormente, para determinar uma escala de valor cardinal que represente os julgamentos de valor do decisor. A escala obtida é normalizada, fornecendo os valores dos pesos para as alternativas em avaliação, o que possibilita o uso de um modelo de agregação, em geral, aditivo.

Na fase de avaliação, quando da aplicação do método multicritério Macbeth, trabalhou-se inicial-

mente nos índices parciais do ICV, para depois aplicar os procedimentos para o índice sintético propriamente dito. Primeiramente, o método Macbeth pede uma hierarquização por ordem decrescente de atratividade dos indicadores simples e dos índices parciais utilizados.

A segunda etapa consiste em emitir os julgamentos de valor sobre as diferenças de atratividade entre cada par de indicadores simples dos índices parciais (ou entre cada índice parcial quando da avaliação do ICV). Com isso, é construída a matriz que incorpora os julgamentos, a qual inclui um indicador fictício que representa a pior situação dentre todas. A partir da construção da matriz, o método Macbeth é conduzido (resolução dos 4 PPLs seqüenciais) e são gerados os pesos para cada um dos indicadores e dos índices parciais.

Como foi salientado, é facultado ao decisor executar uma análise de sensibilidade que permite alterar os valores dos pesos propostos, dentro dos limites estabelecidos pelos julgamentos de valor e análises de consistência (observa-se que ao alterar um dos limites, todos os valores de pesos para as demais atividades são alterados, de modo a manter soma igual a 1).

A seguir, são apresentados os índices parciais e também o ICV, bem como os pesos adotados para o cálculo dos mesmos. É sabido que os pesos utilizados nos índices (parciais e total) são importantes e influenciam diretamente os resultados obtidos. Para defini-los não há regras fixas nem formas totalmente objetivas. Por isso, neste estudo os pesos obtidos com o auxílio do Macbeth priorizam certas condições sociais mais relevantes para a qualidade de vida das famílias.

## 2.1 - Índice Parcial de Domicílio (INDDOM)

Dos indicadores simples selecionados, foi feita a seguinte ordem decrescente de importância: domicílio próprio, existência de banheiro ou sanitário, material de construção de alvenaria e material de cobertura predominante de telha ou laje de concreto.

A posse do imóvel, além de ser um ativo importante, elimina dos gastos das famílias dos empregados um item de elevado custo, que é o aluguel. Por outro lado, a existência de banheiro ou sanitário no domicílio é um bom indicador das condições de pobreza, saúde e higiene às quais as famílias estão submetidas. Por fim, a existência de domicílios construídos e cobertos com material permanente e durável (alvenaria, telha e laje), apesar de menos relevante que os demais (pois há ótimas instalações de madeira, por exemplo), também é condição de melhoria na vida das pessoas.

A partir da matriz de juízos de valor sobre as diferenças de atratividade entre pares de critérios, os pesos sugeridos pelo Macbeth resultaram no índice parcial:

$$INDDOM = 0,34PROP + 0,28BAN + 0,22MAT + 0,16TELHA$$

## 2.2 - Índice Parcial de Acesso aos Serviços (INDSERV)

Dos indicadores simples selecionados, foi feita a seguinte ordem decrescente de atratividade: energia elétrica, água canalizada, coleta de esgoto e coleta de lixo. O acesso à energia elétrica representa um salto qualitativo muito importante para as famílias, pois permite o acesso a novos instrumentos de trabalho, a novos tipos de bens duráveis etc., que influenciam muito a qualidade de vida.

Já o acesso à água canalizada pode melhorar bastante as condições de saúde e alimentação das pessoas, que também são influenciadas pela existência de coletas de esgoto e de lixo. O fato de receberem menor peso é porque mesmo sem a coleta, o esgoto pode ser escoado por fossas sépticas e o lixo pode ser queimado, embora a qualidade dessas práticas seja, obviamente, inferior.

O índice construído a partir da matriz de diferenças de atratividade é representado pela expressão:

$$INDSERV = 0,34ENEL + 0,28AGUAC + 0,21COLESG + 0,17COLIX$$

## 2.3 - Índice Parcial de Bens Duráveis (INDBENS)

Dos indicadores simples selecionados foi feita a seguinte ordem decrescente de importância: telefone, televisão em cores, geladeira, fogão, rádio, filtro, máquina de lavar roupa e freezer. Essa sequência tomou por base o acesso à informação, à alimentação e ao lazer como prioritários, seguidos de alguns bens mais diferenciados, mas não tão essenciais.

A partir dos julgamentos de valor da matriz de preferências, foram indicados pelo Macbeth os pesos para o índice parcial de bens duráveis, conforme a expressão:

$$INDBENS = 0,17TEL + 0,16TV + 0,16GEL + 0,15FOG + 0,11RAD + 0,10FIL + 0,08MAQ + 0,07FRE$$

## 2.4 - Índice de Qualidade de Vida (ICV)

Como o Índice Parcial de Renda Familiar (INDRENDA) é composto por apenas um critério, não foi necessário realizar o procedimento de ponderação. Feita a ponderação nos índices parciais, o passo seguinte é fazer o mesmo processo para o ICV. A ordem decrescente de atratividade para os quatro critérios é: índice de renda, índice de domicílios, índice de acesso aos serviços e índice de bens duráveis.

Essa hierarquia foi motivada, primeiramente, pelo fato das famílias viverem numa economia monetária, na qual a renda é essencial para a compra de bens e serviços no mercado, que influenciam diretamente as condições de vida. A seguir, vieram as condições de habitação e o acesso aos serviços básicos para uma vida minimamente digna, em situações muito próximas na determinação do ICV. Finalmente, preenchidas as condições de renda, moradia e serviços sociais básicos, consideradas fundamentais, aparecem os bens duráveis, que numa sociedade de consumo também cumprem seu papel na qualidade de vida das famílias dos empregados.

O índice ponderado sugerido foi o seguinte:

$$ICV = 0,33INDRENDA + 0,27INDDOM + 0,23INDSERV + 0,17INDBENS$$

### 3 - ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS DOS EMPREGADOS AGRÍCOLAS

Os dados da tabela 1, obtidos pela expansão das amostras da PNAD, mostram o universo das famílias agrícolas dos empregados permanentes e temporários para o qual é feita a análise do ICV.

#### 3.1- Total de Brasil

De acordo com os dados da tabela 1 do Anexo 1 é possível perceber que todos os tipos de famílias tiveram uma evolução bem favorável do seu ICV. Um detalhe que chama a atenção é que o local de moradia tem mais relevância nas condições de vida do que a categoria dos empregados, resultado semelhante ao obtido por Kageyama e Hoffmann (2000). Isso porque os residentes urbanos tendem a ter os maiores ICVs. Obviamente, dentro de um mesmo local de residência, as famílias dos empregados permanentes tendem a possuir melhores condições de vida do que as famílias dos empregados temporários. O local de residência das pessoas e das famílias não só é resultado, mas também influencia e determina suas condições de vida. Entre as famílias urbanas e rurais, em linhas gerais, as diferenças no ICV são proporcionadas, principalmente, pelo rendimento médio familiar e pelo acesso aos serviços sociais básicos, o que é corroborado pelos estudos de Beltrão e Sugahara (2005) e Silva e Resende (2005).

No período 1992-04, o ICV das famílias agrícolas dos empregados permanentes com residência urbana, que é o maior, apresentou um progresso relativo de 38,3%, com desempenho bastante significativo de todos os índices parciais. Olhando-se para os subperíodos, é possível notar que os mais favoráveis foram os de 1992-95, com progresso relativo de 24,8%, e de 2001-04, com progresso relativo de 19,2%.

No índice parcial de condições do domicílio, que apresentou progresso de 34,0%, os principais avanços ocorreram nos indicadores de material de

construção e de existência de banheiro, embora os demais também tivessem registrado crescimento. Em 1992, 59,0% dos domicílios eram de alvenaria e 75,5% tinham banheiro. Já em 2004, esses valores subiram para 71,3% e 93,4%, respectivamente. Quanto ao acesso aos serviços sociais básicos, em que pese o fato da energia elétrica estar quase universalizada em 2004 (96,5% dos domicílios), os principais avanços foram verificados na ampliação dos serviços de água canalizada e coleta de lixo. Em 2004, 80,9% dos domicílios tinham esses benefícios, contra 52,1% (água) e 45,7% (coleta de lixo), em 1992. Apesar desses importantes resultados, a grande deficiência continua sendo o serviço de coleta de esgoto, que atendia apenas 25,2% dos domicílios em 2004, ou seja, apenas um em cada quatro domicílios.

No tocante ao acesso aos bens duráveis, cujo índice teve progresso relativo de 31,7%, os principais destaques foram para os expressivos aumentos das participações das famílias que possuíam telefone, televisão em cores e geladeira. Em 2004, 24,2%, 73,4% e 75,5%, respectivamente, das famílias tinham acesso a esses bens. Para se ter uma idéia mais clara da evolução, basta dizer que, em 1992, esses valores eram, respectivamente, 2,8%, 14,2% e 40,5%. O maior acesso aos bens duráveis certamente tem relação com o aumento real dos rendimentos, que foi de 8,2% no período analisado (Tabela 1 Anexo 1).

As famílias agrícolas dos empregados temporários com residência urbana, que possuíam o segundo melhor ICV, registraram um progresso relativo de 23,1%, cujo desempenho foi bastante influenciado pelos índices parciais de condições do domicílio, acesso aos serviços básicos e acesso aos bens duráveis, pois o ganho real do rendimento médio familiar foi de apenas 3,4%, embora deva ser dito que no período 1995-04 houve pequena queda real desse indicador.

É importante salientar que nesses três índices parciais (domicílio, serviços e bens duráveis) todos os indicadores simples, sem exceção, apresentaram desempenho positivo. Dentre eles, podem ser destacados: aumento da participação dos domicílios feitos de alvenaria, de 57,9%, em 1992, para 68,8%, em



**Tabela 1 - Famílias Agrícolas Extensas de Empregados Permanentes e Temporários na Semana de Referência, segundo a Área, Brasil e Grandes Regiões, 1992-2004**  
(n. de famílias agrícolas)

Brasil e grandes regiões	Famílias agrícolas extensas de empregados permanentes									
	Urbano					Rural				
	1992	1995	1998	2001	2004	1992	1995	1998	2001	2004
Centro-Oeste	31.904	37.535	34.704	43.485	41.429	133.245	138.837	145.794	113.992	122.240
Nordeste	106.601	111.976	74.519	105.891	107.360	381.143	326.365	280.310	293.263	292.870
Norte urbano	8.136	10.970	8.720	16.697	16.652	-	-	-	-	-
Sudeste	174.842	148.099	157.601	126.447	151.250	389.912	377.586	358.273	335.512	289.130
Sul	42.194	39.684	34.860	38.243	36.985	142.792	145.848	139.643	115.569	114.390
Total de Brasil	363.677	348.264	310.404	330.763	353.676	1.047.092	988.636	924.020	858.336	818.630
Brasil e grandes regiões	Famílias agrícolas extensas de empregados temporários									
	Urbano					Rural				
	1992	1995	1998	2001	2004	1992	1995	1998	2001	2004
Centro-Oeste	28.998	26.803	27.176	33.687	36.739	23.597	18.790	19.852	21.001	25.897
Nordeste	86.857	77.168	76.380	135.594	161.380	265.766	267.728	232.774	266.198	337.420
Norte urbano	15.677	17.953	14.556	29.484	35.285	-	-	-	-	-
Sudeste	131.319	118.587	121.079	131.885	173.550	97.864	102.040	108.735	114.569	115.750
Sul	60.142	55.757	59.550	36.357	42.980	47.214	37.476	54.300	36.993	43.252
Total de Brasil	322.993	296.268	298.741	367.007	449.934	434.441	426.034	415.661	438.761	522.319

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos microdados da PNAD.

2004; aumento da participação dos domicílios com banheiro, de 69,4%, em 1992, para 91,0%, em 2004; ampliação muito expressiva dos domicílios com água canalizada e coleta de lixo, de 40,4%, em 1992, para 72,5% (água) e 83,7% (coleta de lixo), em 2004; ampliação da cobertura de energia elétrica e de coleta de esgoto, de, respectivamente, 76,2% e 16,3%, em 1992, para 94,9% e 23,5%, em 2004; crescimento expressivo e contínuo das participações das famílias que possuíam telefone, televisão em cores e geladeira, de, respectivamente, 0,4%, 4,5% e 21,6%, em 1992, para 10,6%, 57,9% e 61,3%, em 2004.

Entre as famílias agrícolas com residência no meio rural, os progressos relativos do ICV foram de 22,0% para as dos empregados permanentes e de 18,8% para aquelas dos empregados temporários. Apesar dos importantes avanços, suas condições de vida continuam relativamente distantes das verificadas para as famílias urbanas, especialmente daquelas dos empregados permanentes.

A melhoria nas condições dos domicílios das famílias dos empregados permanentes rurais foi proporcionada, principalmente, pela maior presen-

ça de domicílios com banheiro (85,4%, em 2004, contra 65,0%, em 1992), além do crescimento dos domicílios construídos com alvenaria e dos domicílios próprios. No entanto, apesar desse aumento, em 2004, apenas 20,9% dos domicílios pertenciam às famílias dos empregados (em 1992, eram 14,2%). Isso deve-se ao fato bastante comum de as famílias residirem no próprio estabelecimento agropecuário onde trabalham, em casas de propriedade do empregador. Vale lembrar que o auxílio moradia é, disparado, o principal auxílio recebido pelos empregados permanentes rurais.

Os principais serviços que as famílias têm acesso nas áreas rurais brasileiras são a água canalizada e a energia elétrica, pois a cobertura das coletas de lixo e de esgoto é bastante limitada. Em 2004, a água canalizada e a energia elétrica estavam presentes em 75,3% e 89,2%, respectivamente, dos domicílios dos empregados permanentes rurais. Já a coleta de lixo era feita em apenas 11,6% dos domicílios e a coleta de esgoto em somente 1,5%.

Quanto aos bens duráveis, os maiores progressos também foram na ampliação das famílias

com telefone (27,4%, em 2004, contra apenas 1,4%, em 1992), com televisão em cores (68,5%, em 2004, contra apenas 8,3%, em 1992) e com geladeira (70,6%, em 2004, contra 35,6%, em 1992). Também chama a atenção o crescimento das famílias que tinham *freezer* (20,7%, em 2004, contra 8,0%, em 1992). Isso, provavelmente, deve-se ao fato de as famílias terem maior necessidade de conservar os alimentos produzidos e processados no próprio estabelecimento agropecuário, seja para consumo próprio, ou seja, para comercialização visando a complementação de renda. Certamente, esse maior acesso aos bens duráveis foi influenciado pelo aumento real de 24,3% no rendimento médio familiar (Tabela 1 do Anexo 1).

As famílias agrícolas dos empregados temporários rurais são as que apresentaram o menor ICV. Com exceção do índice parcial de condições de domicílio, que está relativamente mais próximo daquele registrado para as demais categorias, todos os demais estão bem aquém, principalmente, os de rendimento médio familiar e de acesso aos serviços. Em 2004, o rendimento médio dessas famílias correspondia a 51,2% do rendimento médio das famílias dos empregados permanentes urbanos, a 84,8% do rendimento médio das famílias dos empregados permanentes rurais e a 74,4% do rendimento médio das famílias dos empregados temporários urbanos. Nesse mesmo ano, apenas 12,7% dos domicílios tinham coleta de lixo, somente 2,2% tinham coleta de esgoto e 7,0% das famílias possuíam telefone.

Entre os principais aspectos positivos, que contribuíram para a melhoria das condições de vida das famílias dos empregados temporários rurais, podem ser destacados: a maior participação dos domicílios com banheiro (66,5%, em 2004, contra 38,9%, em 1992); a maior participação dos domicílios com água canalizada e com energia elétrica (48,7% e 70,9%, respectivamente, em 2004, contra 17,6% e 35,5%, em 1992); a maior participação das famílias que tinham rádio, televisão em cores e geladeira (77,9%, 40,8% e 45,3%, respectivamente, em 2004, contra 59,1%, 2,4% e 12,1%, em 1992), que foi influenciada pelo aumento real de 10,2% no rendi-

mento médio mensal no período analisado (o qual também sofreu perdas reais entre 1995 e 2004).

## 3.2 - Grandes Regiões

### 3.2.1 - Região Norte Urbano

Os dados da tabela 2 do Anexo 1 evidenciam uma substantiva melhora no ICV das famílias agrícolas dos empregados permanentes e dos empregados temporários com residência urbana. Para as primeiras, o progresso relativo no período 1992-04 foi de 35,7%, enquanto para as outras foi de 19,8%. Quanto aos subperíodos, as famílias dos empregados permanentes só não tiveram desempenho positivo entre 1998 e 2001, ao passo que para as famílias dos empregados temporários o de maior destaque foi o de 1992-95, seguido pelo subperíodo 2001-04.

Pode-se perceber que as principais diferenças nas condições de vida entre as famílias dos empregados permanentes e as famílias dos empregados temporários estão nos indicadores de rendimento médio familiar e de acesso aos bens duráveis. Em 2004, o rendimento médio das famílias dos temporários correspondia a 76,1% do rendimento médio das famílias dos permanentes. Quanto ao acesso aos bens duráveis, as vantagens das famílias dos empregados permanentes eram em todos os itens, com maior destaque para telefone, rádio, televisão em cores, geladeira, *freezer* e máquina de lavar.

No índice parcial de condições do domicílio, nota-se que ficaram muito próximos ao final do período analisado. Em 2004, os valores foram 70,4 e 69,2 para as famílias dos empregados permanentes e para as famílias dos empregados temporários, respectivamente. E no índice de acesso aos serviços, a principal disparidade estava na participação dos domicílios com água canalizada: em 2004, 63,0% dos domicílios dos empregados permanentes tinham essa benfeitoria, contra 35,7% dos domicílios dos empregados temporários. Os demais indicadores não apresentavam diferenças muito elevadas, devendo

ser salientado que todos tiveram desempenhos muito relevantes, com exceção da coleta de esgoto, praticamente inexistente nos domicílios urbanos da Região Norte.

### 3.2.2 - Região Norte Rural em 2004

Como a PNAD começou a pesquisar toda a área rural da Região Norte apenas em 2004, o objetivo aqui é tão somente deixar um retrato das condições de vida das famílias dos empregados na agricultura, de forma a subsidiar futuros trabalhos de pesquisa. Pode-se notar que os indicadores das famílias agrícolas dos empregados permanentes residentes na área rural da Região Norte são bem mais favoráveis do que os das famílias agrícolas dos empregados temporários, em todas as dimensões das condições de vida selecionadas (Tabela 2).

Nas condições do domicílio, os indicadores ligados ao material de construção, à cobertura com telha e à existência de banheiro são bem superiores nos domicílios dos empregados permanentes. O único indicador favorável aos temporários, como era de se esperar, era aquele relacionado à propriedade do domicílio. Quanto ao acesso aos serviços, as principais diferenças eram relacionadas à existência de água canalizada (45,9% para os permanentes e 22,5% para os temporários) e de energia elétrica (66,1% para os permanentes e 47,8% para os temporários, em 2004). Os serviços de coleta de lixo e de esgoto sanitário eram muito pouco expressivos para ambos os tipos de famílias.

Apesar da renda média familiar dos empregados permanentes ser somente 3,2% superior à dos empregados temporários, em 2004, o acesso aos bens de consumo durável era mais amplo para as primeiras famílias, comparativamente às segundas, especialmente nos itens telefone, rádio, TV em cores, geladeira e freezer.

Da mesma forma, os dados evidenciam as melhores condições de vida das famílias pluriativas dos empregados permanentes rurais em relação aos empregados temporários. Os indicadores mais favo-

ráveis para os empregados permanentes eram aqueles ligados ao material de construção e à cobertura com telha, nas condições do domicílio, ao acesso a todos os bens duráveis, com exceção da TV em cores e da geladeira, e à renda média familiar (26,0% superior à das famílias dos empregados temporários, em 2004). A dimensão de maior proximidade nas condições de vida dos dois tipos de famílias era no acesso aos serviços sociais básicos.

Quando se compara as condições de vida das famílias agrícolas com as pluriativas, os dados da tabela 2 também confirmam os melhores indicadores para as últimas. Entre os permanentes, a maior proximidade das condições de vida das famílias foi observada no acesso aos serviços sociais básicos. Já para os temporários, os principais indicadores mais favoráveis para as famílias pluriativas eram os de: existência de banheiro no domicílio; propriedade do domicílio; presenças de água canalizada e energia elétrica; e acesso à TV em cores e à geladeira. Chamam a atenção as diferenças no indicador relativo à renda média familiar: 62,4% superior para as famílias pluriativas de empregados permanentes, comparativamente às agrícolas, e 33,0% para as de empregados temporários.

### 3.2.3 - Região Nordeste

Uma primeira constatação para o Nordeste é que ele possui os menores ICVs do Brasil, principalmente, para as famílias residentes em áreas rurais. Muitos dos indicadores da região estão bem abaixo da média nacional, com claro destaque para o rendimento médio familiar. No entanto, é preciso salientar que no período 1992-2004 ocorreram muitos progressos nas condições de vida das famílias dos empregados agrícolas (Tabela 3 do Anexo 1).

As famílias agrícolas dos empregados permanentes com residência urbana tiveram um progresso relativo de 28,0% no seu ICV, com desempenho positivo de todos os índices parciais, principalmente, nos subperíodos 1992-95 e 2001-04.

No índice de condições do domicílio, os prin-

**Tabela 2 - Condições de Vida das Famílias Agrícolas e das Pluriativas Extensas dos Empregados Permanentes e dos Empregados Temporários, Região Norte Rural, 2004**

Dimensões e indicadores selecionados	Famílias agrícolas dos empregados permanentes	Famílias agrícolas dos empregados temporários	Famílias pluriativas dos empregados permanentes	Famílias pluriativas dos empregados temporários
<b>Condições do domicílio (%)</b>				
MAT	38,0	20,2	43,4	18,7
TELHA	87,2	58,9	88,4	59,9
BAN	74,0	52,9	87,6	82,4
PROP	23,8	68,3	42,9	86,4
<b>Acesso a serviços (%)</b>				
AGUAC	45,9	22,5	48,0	40,9
COLIX	1,0	4,6	2,8	3,6
ENEL	66,1	47,8	72,6	88,9
COLESG	2,0	0,7	2,1	0,0
<b>Bens duráveis (%)</b>				
TEL	10,5	3,7	26,1	3,5
FOG	92,7	85,8	97,1	93,1
FIL	51,8	46,1	45,8	33,9
RAD	67,8	51,1	77,0	54,5
TV	40,0	29,7	55,0	68,9
GEL	37,3	29,9	49,4	54,2
FRE	12,4	4,9	12,5	5,4
MAQ	1,5	1,2	10,7	1,4
<b>Rendimento familiar</b>				
RENFAM <sup>1</sup>	572,34	554,70	929,34	737,69
RENFAMC <sup>2</sup>	609,58	590,80	989,82	785,69

<sup>1</sup>Rendimento familiar médio mensal, em R\$, em valores correntes.

<sup>2</sup>Rendimento familiar médio mensal, em R\$, corrigido pelo INPC, do IBGE, para dezembro de 2005.

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos microdados da PNAD.

cipais avanços foram nos indicadores relacionados ao material de construção (alvenaria) e à existência de banheiro. Este último apresentou variação de 60,2% dos domicílios, em 1992, para 87,5%, em 2004. Em relação aos serviços básicos, deve-se registrar uma melhoria em todos os indicadores. Em 2004, 67,1% dos domicílios tinham água canalizada (eram 42,3%, em 1992), 84,2% tinham coleta de lixo (eram 31,8%, em 1992), 94,8% tinham energia elétrica (eram 83,2%, em 1992) e 20,7% tinham coleta de esgoto (eram somente 6,0%, em 1992).

No período em questão houve um ganho real de 35,0% no rendimento médio familiar, o que contribuiu para o expressivo aumento das participações das famílias que possuíam telefone, fogão, filtro de água, rádio, televisão em cores e geladeira. Mais uma vez, o grande aumento de consumo foi registrado para os dois últimos bens citados: em 2004,

63,5% dos domicílios tinham TV em cores, contra apenas 4,9%, em 1992; e 51,3% possuíam geladeira (eram 18,7%, em 1992).

As famílias agrícolas dos empregados temporários urbanos também tiveram importante aumento do ICV, com um progresso relativo de 19,4%. Com exceção do rendimento médio familiar, que sofreu redução de 5,1% em seu valor real, os demais índices parciais registraram comportamentos bastante favoráveis.

Vale dizer que o comportamento dos indicadores nos índices de condição dos domicílios, acesso aos serviços e acesso aos bens duráveis seguiu exatamente a mesma trajetória do que foi comentado para as famílias urbanas dos empregados permanentes (Tabela 3 do Anexo 1).

Para as famílias rurais pode-se notar valores do ICV muito próximos entre as categorias de traba-

lhadores ao longo de toda a série estudada. Em 2004, os valores observados foram 33,8 para as famílias dos empregados permanentes e 33,4 para as famílias dos empregados temporários, confirmando que o local de residência sobressai em relação às categorias de empregados.

As diferenças mais gritantes em relação às condições de vida das famílias urbanas também aparecem nos índices de rendimento e de acesso aos serviços básicos. Em 2004, as famílias agrícolas com residência no rural nordestino tiveram os menores rendimentos médios do Brasil: R\$400,04 (valores reais de dezembro de 2005) para os empregados temporários e R\$414,23 para os empregados permanentes. Quanto aos serviços, os únicos com relevância nas áreas rurais são os de água canalizada, que estava presente em 30,5% dos domicílios dos empregados permanentes e em 19,9% dos domicílios dos empregados temporários, em 2004, e o de energia elétrica, presente em 75,3% e 69,1%, respectivamente, dos domicílios dos empregados permanentes e dos temporários.

### 3.2.4 - Região Centro-Oeste

O Centro-Oeste apresenta índices de condições de vida para as famílias urbanas e rurais que estão entre os mais elevados do Brasil, comparando-se os ICVs, segundo o local de moradia. Nessa região, também são claramente perceptíveis as melhores condições das famílias que residem nas cidades em relação àquelas residentes no meio rural, com destaque para as famílias dos empregados permanentes, cujo ICV de 2004 (81,3), que foi o maior do Brasil, chega a ser quase o dobro do valor encontrado para as famílias agrícolas dos empregados temporários rurais (ICV igual a 43,1) (Tabela 4 do Anexo 1).

As famílias agrícolas dos empregados permanentes urbanos, além de possuírem o maior ICV, também apresentaram o maior progresso relativo no período 1992-2004 (52,2%). Esse comportamento foi possível graças ao ganho real de 33,4% no rendimento médio familiar, cujo valor de R\$1.455,75 (valor real de

dezembro de 2005) foi o mais elevado do Brasil, em 2004, e ao desempenho muito favorável dos índices parciais de condições do domicílio, de acesso aos serviços e de acesso aos principais bens de consumo durável.

Em relação às famílias dos empregados temporários urbanos, as principais discrepâncias no ICV referem-se aos índices de renda e de acesso aos bens duráveis, pois nas condições dos domicílios e nos serviços sociais básicos as condições de vida são muito semelhantes (em 2004, os valores foram de 81,2 e 74,6 para as famílias dos empregados permanentes e 82,5 e 73,6 para as famílias dos empregados temporários, respectivamente, para esses dois índices).

No índice de renda, o valor médio de R\$870,43, em 2004, ficou bem abaixo daquele registrado para as famílias dos empregados permanentes, inclusive pelo fato de que para as famílias dos empregados temporários houve perda real de 11,9% no período em questão, principalmente, após 1995. Quanto à posse dos principais bens de consumo durável, as diferenças mais marcantes a favor das famílias dos empregados permanentes foram observadas para telefone (31,5% dos domicílios contra 18,3% dos temporários), TV em cores (80,7% dos domicílios contra 68,9% dos temporários), e geladeira (80,9% dos domicílios contra 65,2% dos temporários), esses três com um grande crescimento de consumo no período, além do *freezer* e da máquina de lavar (Tabela 4 do Anexo 1).

As famílias rurais, apesar dos menores ICVs, também registraram importantes avanços e tiveram progressos relativos de 29,7% para as de empregados permanentes e de 16,9% para as de empregados temporários.

Nas famílias de empregados permanentes, os indicadores simples que tiveram as maiores alterações foram os seguintes: existência de banheiro (93,2% dos domicílios, em 2004, contra 72,7%, em 1992), no índice parcial de condições do domicílio; água canalizada e energia elétrica (86,5% e 89,6%, respectivamente, em 2004, contra 59,2% e 57,5%, em 1992), no índice de acesso aos serviços; famílias que possuíam telefone (35,1%, em 2004, contra somente

1,6%, em 1992), TV em cores (71,5%, em 2004, contra apenas 10,3%, em 1992), geladeira (74,2%, em 2004, contra 37,4%, em 1992), *freezer* (28,2%, em 2004, contra 6,7%, em 1992) e máquina de lavar (12,8%, em 2004, contra 8,2%, em 1992), no índice dos bens duráveis; e ganho real de 47,2% no rendimento médio familiar.

Já para as famílias de empregados temporários, os principais avanços ocorreram em todos os indicadores do índice de condições do domicílio, na maior cobertura dos serviços de água canalizada, coleta de lixo e energia elétrica, dentro do índice de serviços, e na maior participação das famílias com telefone, rádio, TV em cores e geladeira, nos bens duráveis. Quanto ao rendimento médio familiar houve perda real de 1,6% no período 1992-2004 (Tabela 4 do Anexo 1).

### 3.2.5 - Região Sudeste

Os dados da tabela 5 do Anexo 1 mostram dois resultados interessantes para o Sudeste. Primeiro, era muito próximo o ICV das famílias de empregados permanentes e de temporários com residência na mesma situação de domicílio. Ou seja, os ICVs das famílias urbanas eram bem parecidos, independentemente da categoria dos empregados, fato também verificado para as famílias rurais. Segundo, o maior progresso relativo no período 1992-2004 foi registrado para as famílias dos empregados temporários urbanos (33,0%), seguido de perto pelos empregados permanentes urbanos (32,2%).

O principal fator responsável por esse desempenho do ICV das famílias dos empregados temporários urbanos foi a evolução dos indicadores que formam o índice parcial de acesso aos serviços, cujo progresso foi de 80,5%. Em 2004, 94,9% dos domicílios tinham água canalizada, 94,0% eram atendidos pela coleta de lixo, 98,3% tinham energia elétrica e 85,9% eram beneficiados pela coleta de esgoto (Tabela 5 do Anexo 1). Este último indicador mostra que somente nas áreas urbanas do Sudeste

são expressivos os investimentos em saneamento básico.

Além dos avanços no acesso aos serviços, também houve crescimento das participações das famílias com telefone, de 0,4%, em 1992, para 10,4%, em 2004, com TV em cores, de 8,5% para 77,7%, e com geladeira, de 38,5% para 83,9% no mesmo período. Apesar disso, o índice parcial de acesso aos bens duráveis era o principal diferenciador do ICV das famílias de empregados temporários em relação ao das famílias de empregados permanentes urbanos, em 2004. Os outros três índices parciais eram muito semelhantes: nas condições dos domicílios, os valores foram de 85,0 para as famílias dos empregados permanentes e de 85,6 para as famílias dos empregados temporários; no acesso aos serviços, os valores foram 93,0 e 94,0, respectivamente; e, no tocante aos rendimentos, o rendimento médio familiar dos temporários correspondia a 95,9% daquele observado para os permanentes.

Quanto às famílias rurais, também houve redução das diferenças do ICV entre os empregados temporários e permanentes no período analisado. Ambos os tipos de famílias tiveram importantes progressos: 23,6% para os temporários e 20,6% para os permanentes. No entanto, suas condições de vida, medidas pelo ICV, continuam bem distantes das verificadas para as famílias urbanas.

Os principais indicadores que ainda fazem o ICV das famílias dos empregados permanentes ser ligeiramente superior ao das famílias dos temporários são aqueles ligados aos serviços e aos bens de consumo durável, mais especificamente os de água canalizada, energia elétrica, telefone, TV em cores, geladeira e *freezer*. O rendimento médio para os dois tipos de família foi bastante semelhante em 2004, devido ao ganho real de 31,8% registrado para as famílias dos empregados temporários no período 1992-2004, contra 12,4% das famílias dos empregados permanentes (embora deva ser observado que ambos os tipos de famílias tiveram queda real nesse indicador no período 1995-2004). A principal vantagem dos temporários refere-se ao fato de 69,7% terem domicílio próprio (um ativo), contra 20,2%

dos permanentes, que normalmente residem no próprio estabelecimento agropecuário, em casas pertencentes aos empregadores.

### 3.2.6 - Região Sul

Um primeiro resultado que chama a atenção é o ICV das famílias dos empregados permanentes com residência urbana, que ficou bem acima e destacado dos demais. Pode-se perceber que os valores dos ICVs dos demais tipos de famílias registrados em 2004 ainda eram inferiores ao observado para as famílias dos empregados permanentes urbanos no ano de 1992.

No período 1992-2004, o ICV das famílias dos empregados permanentes urbanos, apesar das oscilações, registrou um progresso relativo de 51,8% (mais que o dobro do verificado para os outros três tipos de famílias). E os avanços foram mais relevantes nos subperíodos 1992-95 e 2001-04. Esse comportamento foi determinado pelo ganho real de 33,0% no rendimento médio familiar no período como um todo (mas que sofreu redução entre 1995 e 2004) e pelo desempenho positivo de quase todos os indicadores nos índices de condições do domicílio, de acesso aos serviços e de acesso aos bens duráveis, com destaque para o material de construção (alvenaria), os serviços de água canalizada, coleta de lixo, energia elétrica e coleta de esgoto, e o maior consumo de telefone, TV em cores, geladeira, *freezer* e máquina de lavar (Tabela 6 do Anexo 1).

O outro tipo de família com residência urbana, dos empregados temporários, apresentou um progresso de 26,1% no seu ICV. Os índices parciais com maior proximidade das famílias dos empregados permanentes eram os de condições do domicílio e de acesso aos serviços sociais básicos. No entanto, em que pese o aumento real de 36,9% no rendimento médio familiar no período 1992-2004, nesse último ano o valor observado para as famílias dos empregados temporários era, praticamente, a metade do verificado para as famílias dos empregados permanentes. Com isso, o acesso aos bens de consumo

durável era mais restrito para aquelas famílias, principalmente, nos indicadores relacionados ao telefone, TV em cores, geladeira, *freezer* e máquina de lavar roupa.

Entre as famílias rurais, os progressos foram de 22,3% para as de empregados permanentes, e de 21,2% para aquelas de empregados temporários. Pode-se notar que no período em questão houve uma importante redução na diferença entre as condições de vida dos dois tipos de famílias. O maior ICV das famílias dos empregados permanentes ainda prevalente em 2004 era devido aos indicadores ligados ao rendimento médio familiar (R\$807,75 contra R\$628,79, em valores reais de dezembro de 2005), à cobertura dos serviços básicos, especialmente água canalizada e energia elétrica, e ao acesso aos bens duráveis principalmente telefone, televisão, geladeira, *freezer* e máquina de lavar.

Entre os bens duráveis, chama atenção o elevado percentual de domicílios que possuíam *freezer*: 40,6% das famílias de empregados permanentes e 16,8% das famílias de empregados temporários, que são valores muito acima das médias nacionais. Isso deve estar ligado ao fato já abordado da importância que assume na região a produção e o processamento de alimentos no próprio estabelecimento, tanto para consumo próprio como para vendas nos mercados de proximidade, de forma a obter-se uma ampliação da renda familiar.

### 3.3 - Ranking para o ICV

Feitas as análises para o Brasil e para as cinco Grandes Regiões, é possível elaborar o *ranking* com os ICVs, de modo a se conhecer qual tipo de família agrícola, em qual região, apresentou as melhores condições de vida, dadas as limitações inerentes ao índice sintético proposto. O *ranking*, com base no ano de 2004, consta na tabela 3.

É possível notar que, de fato, as famílias agrícolas com residência urbana apresentam índices de condições de vida bem mais favoráveis do que as famílias com residência no meio rural. Isso pode ser

**Tabela 3 - Índice de Condições de Vida (ICV) e Progresso Relativo das Famílias Agrícolas dos Empregados Permanentes e dos Empregados Temporários Brasil e Grandes Regiões, 1992-2004**

Categorias de famílias agrícolas	1992	1995	1998	2001	2004	Prog. rel. (%) 1992-04
Empregado permanente urbano - Centro-Oeste	60,9	75,1	76,0	81,1	81,3	52,2
Empregado permanente urbano - Sul	57,8	78,1	66,5	59,9	79,6	51,8
Empregado permanente urbano - Sudeste	64,4	72,0	70,7	75,0	75,8	32,2
Empregado temporário urbano - Sudeste	61,0	69,0	64,6	62,9	73,9	33,0
<b>Empregado permanente urbano - Brasil</b>	<b>53,2</b>	<b>64,8</b>	<b>65,5</b>	<b>64,3</b>	<b>71,1</b>	<b>38,3</b>
Empregado temporário urbano - Centro-Oeste	52,7	64,6	56,7	62,4	63,1	21,9
Empregado permanente urbano - Norte	40,1	59,0	63,2	55,2	61,5	35,7
<b>Empregado temporário urbano - Brasil</b>	<b>46,1</b>	<b>53,0</b>	<b>51,9</b>	<b>54,3</b>	<b>58,5</b>	<b>23,1</b>
Empregado permanente urbano - Nordeste	40,6	48,2	51,0	50,1	57,2	28,0
Empregado temporário urbano - Sul	42,0	48,3	48,3	54,5	57,1	26,1
Empregado permanente rural - Centro-Oeste	36,1	40,7	46,0	49,5	55,1	29,7
Empregado permanente rural - Sul	40,1	41,7	45,9	47,3	53,5	22,3
Empregado permanente rural - Sudeste	38,5	47,1	48,8	48,6	51,1	20,6
Empregado temporário urbano - Norte	38,1	47,2	47,8	47,9	50,4	19,8
<b>Empregado permanente rural - Brasil</b>	<b>33,9</b>	<b>37,6</b>	<b>42,2</b>	<b>44,2</b>	<b>48,4</b>	<b>22,0</b>
Empregado temporário urbano - Nordeste	35,5	47,0	40,6	42,5	48,0	19,4
Empregado temporário rural - Sudeste	31,7	42,8	44,3	42,8	47,8	23,6
Empregado temporário rural - Sul	29,6	41,6	35,9	42,8	44,5	21,2
Empregado temporário rural - Centro-Oeste	31,5	41,3	40,4	37,1	43,1	16,9
<b>Empregado temporário rural - Brasil</b>	<b>29,0</b>	<b>35,7</b>	<b>37,8</b>	<b>37,9</b>	<b>42,3</b>	<b>18,8</b>
Empregado permanente rural - Nordeste	20,6	28,2	28,1	31,2	33,8	16,6
Empregado temporário rural - Nordeste	22,7	26,5	29,3	28,6	33,4	13,9

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos microdados da PNAD.

confirmado pela observação de que os dez maiores ICVs (incluindo as médias nacionais) eram de famílias urbanas, em 2004, enquanto os seis piores eram de famílias rurais. Vale dizer que para um mesmo local de residência, as famílias dos empregados permanentes tendem a ter maiores ICVs do que as famílias de empregados temporários.

Em 2004, os maiores ICVs foram registrados para as famílias de empregados permanentes com residência urbana na Região Centro-Oeste, seguidas pelas famílias de empregados permanentes urbanos da Região Sul, famílias de empregados permanentes urbanos da Região Sudeste e famílias de empregados temporários urbanos da Região Sudeste, cujos valores ficaram acima da melhor média nacional, que foi a das famílias de empregados permanentes com residência urbana.

Já os piores ICVs ocorreram para a Região Nordeste, com as famílias rurais dos empregados perma-

nentes e dos temporários (as únicas abaixo da pior média nacional, que foi para as famílias dos empregados temporários rurais). Isso reforça a observação recorrente de que as condições mais desfavoráveis, tanto em termos de qualidade do emprego como de qualidade de vida, estão nas áreas rurais nordestinas. A falta de infra-estrutura, de serviços sociais básicos e de atividades econômicas que gerem níveis mais elevados de ganhos monetários são fatores determinantes desse quadro de desigualdades sociais.

Cabe ressaltar que mesmo nas regiões mais desenvolvidas do País (Sudeste, Sul e Centro-Oeste), as condições de vida nas áreas rurais estão muito aquém das observadas para as áreas urbanas, o que mostra um "certo descaso" com as primeiras e reforça um forte viés urbano nas políticas de desenvolvimento regional. Em 2004, as famílias de empregados temporários rurais dessas três regiões apresentaram ICVs que as colocaram entre as seis categorias com as condições de vida mais desfavoráveis em todo o Brasil.



### 3.4 - Comparação das Condições de Vida das Famílias Agrícolas com as Pluriativas

Nesta seção, serão feitos dois tipos de comparação entre as condições de vida das famílias agrícolas e das pluriativas. Primeiramente, será construído um *ranking* para o total de Brasil, com o intuito de mostrar as diferenças de ICV entre todos os tipos de famílias agrícolas e pluriativas. Depois, será feita uma comparação entre o ICV das famílias pluriativas e das agrícolas, mediante a relação (divisão) simples entre ambos, para cada tipo de família, em cada região e total de Brasil. Como será visto adiante, os resultados encontrados corroboram e vão na mesma direção daqueles obtidos por Nascimento (2005); Kageyama e Hoffmann (2000); e Kageyama (1999), ou seja, de que as famílias pluriativas tendem a ter índices de condições de vida bem melhores do que as famílias agrícolas.

É importante que se façam dois comentários. O primeiro é que, para se fazer a comparação entre as famílias agrícolas e pluriativas, ao longo do período 1992-2004, por meio do *ranking* para o total de Brasil, foi necessário recalcular os índices parciais ligados ao rendimento médio familiar. Para que se tenha a comparabilidade intertemporal, os valores máximo e mínimo do rendimento médio familiar (em Reais de dezembro de 2005); no período 1992-2004, foram buscados entre todas as categorias de famílias envolvidas.

Com isso, há mudanças nos valores dos índices das famílias agrícolas dos empregados permanentes e dos temporários, em relação aos que foram analisados anteriormente<sup>12</sup>. Essas mudanças ocorrem tanto no índice parcial de rendimento médio familiar quanto no próprio ICV, que tende a ser menor do que o calculado antes pelo fato dos rendimentos das famílias pluriativas serem, no geral, mais elevados que os das famílias agrícolas. Os demais índices parciais não sofrem nenhuma alteração, pois

são construídos a partir das médias dos indicadores simples selecionados. Para eles, não há necessidade de padronização dos valores para que variem entre zero e um, pelo método dos valores máximo e mínimo.

A partir desses procedimentos foram feitos novos cálculos para o ICV, visando a comparação das condições de vida entre as famílias agrícolas e pluriativas pela construção de um *ranking* para o total de Brasil, cujos resultados estão apresentados na tabela 4, como e também na tabela 7 do Anexo 1.

O segundo comentário refere-se à comparação dos ICVs dentro de cada uma das Grandes Regiões e também dentro do agregado de total do Brasil. Da mesma forma, houve a necessidade de se fazer a padronização dos rendimentos médios familiares em cada um dos seis agregados e de se recalcular os índices. Com isso, também houve novas alterações nos índices parciais e no ICV das famílias agrícolas e pluriativas, em relação aos calculados anteriormente. As relações entre os ICVs das famílias pluriativas e das agrícolas, que expressam esses novos cálculos, estão apresentadas nas tabelas 5 a 10 e o objetivo é mostrar para cada região e tipo de família em que índices parciais (condições do domicílio, acesso aos serviços, acesso aos bens duráveis e rendimento médio familiar) ocorrem as maiores diferenças e proximidades.

Com relação ao *ranking* para o total de Brasil, os dados da tabela 4 confirmam as condições mais favoráveis das famílias pluriativas. Mas também reforçam que o local de moradia é extremamente relevante na obtenção dos melhores ICVs e que, para um mesmo tipo de família em um mesmo local de residência, a posição na ocupação de empregados permanentes é mais favorável. Ou seja, as situações de residência urbana, de pluriatividade e de empregado permanente conferem às famílias nela enquadradas melhores condições de vida em relação às demais. Na outra extremidade, com os menores ICVs aparecem as famílias rurais, agrícolas e de empregados temporários. Outro dado relevante, que reforça a predominância do local de residência nas melhores condições de vida, é que as famílias urbanas agrícolas

<sup>12</sup>Nas seções anteriores, todas as análises foram baseadas nos cálculos do ICV feitos para as comparações entre as famílias agrícolas, apenas do total de Brasil e Grandes Regiões.

**Tabela 4 - Índice de Condições de Vida (ICV<sup>1</sup>) das Famílias Agrícolas e Pluriativas dos Empregados Permanentes e dos Empregados Temporários, Brasil e Grandes Regiões, 1992-2004**

Categorias de famílias agrícolas e pluriativas	1992	1995	1998	2001	2004
Empregado permanente urbano - Sul (pluriativa)	95	101	98	97	100
Empregado permanente urbano - Centro-Oeste (pluriativa)	90	101	99	99	98
Empregado permanente urbano - Sudeste (pluriativa)	90	90	98	103	96
<b>Empregado permanente urbano - Brasil (pluriativa)</b>	<b>83</b>	<b>90</b>	<b>91</b>	<b>93</b>	<b>95</b>
Empregado temporário urbano - Sudeste (pluriativa)	77	85	95	91	94
Empregado temporário urbano - Sul (pluriativa)	66	72	80	77	93
Empregado permanente urbano - Nordeste (pluriativa)	68	75	75	81	89
Empregado temporário urbano - Centro-Oeste (pluriativa)	71	84	95	87	87
<b>Empregado temporário urbano - Brasil (pluriativa)</b>	<b>66</b>	<b>74</b>	<b>82</b>	<b>78</b>	<b>85</b>
Empregado permanente urbano - Sudeste (agrícola)	66	73	74	76	79
Empregado temporário urbano - Sudeste (agrícola)	63	72	70	71	78
Empregado temporário urbano - Nordeste (pluriativa)	59	64	67	67	77
Empregado permanente urbano - Centro-Oeste (agrícola)	60	71	72	75	77
Empregado permanente urbano - Sul (agrícola)	56	72	66	64	75
<b>Empregado permanente urbano - Brasil (agrícola)</b>	<b>55</b>	<b>64</b>	<b>66</b>	<b>66</b>	<b>71</b>
Empregado permanente urbano - Norte (pluriativa)	49	54	59	62	70
Empregado temporário urbano - Centro-Oeste (agrícola)	52	63	60	65	68
Empregado permanente rural - Sul (pluriativa)	53	56	59	60	67
Empregado temporário rural - Sudeste (pluriativa)	53	59	67	63	67
Empregado permanente rural - Centro-Oeste (pluriativa)	48	52	61	65	67
Empregado permanente rural - Sudeste (pluriativa)	60	61	63	64	66
Empregado permanente urbano - Nordeste (agrícola)	48	56	58	59	65
<b>Empregado temporário urbano - Brasil (agrícola)</b>	<b>49</b>	<b>55</b>	<b>57</b>	<b>60</b>	<b>64</b>
Empregado temporário rural - Sul (pluriativa)	48	51	68	58	64
<b>Empregado permanente rural - Brasil (pluriativa)</b>	<b>50</b>	<b>53</b>	<b>58</b>	<b>60</b>	<b>64</b>
Empregado temporário rural - Centro-Oeste (pluriativa)	43	50	41	65	64
Empregado temporário urbano - Sul (agrícola)	49	55	58	61	63
Empregado permanente urbano - Norte (agrícola)	41	57	58	56	61
Empregado temporário urbano - Norte (pluriativa)	43	50	53	57	61
<b>Empregado temporário rural - Brasil (pluriativa)</b>	<b>45</b>	<b>50</b>	<b>55</b>	<b>59</b>	<b>61</b>
Empregado temporário urbano - Nordeste (agrícola)	42	51	50	53	59
Empregado permanente rural - Sudeste (agrícola)	44	53	55	56	59
Empregado permanente rural - Sul (agrícola)	43	47	51	52	57
Empregado permanente rural - Centro-Oeste (agrícola)	40	45	49	51	57
Empregado permanente rural - Nordeste (pluriativa)	40	44	50	53	56
Empregado temporário rural - Sudeste (agrícola)	37	47	48	49	54
<b>Empregado permanente rural - Brasil (agrícola)</b>	<b>38</b>	<b>43</b>	<b>47</b>	<b>49</b>	<b>54</b>
Empregado temporário urbano - Norte (agrícola)	38	48	45	50	53
Empregado temporário rural - Sul (agrícola)	31	43	41	49	50
Empregado temporário rural - Nordeste (pluriativa)	36	38	45	48	49
<b>Empregado temporário rural - Brasil (agrícola)</b>	<b>33</b>	<b>38</b>	<b>42</b>	<b>45</b>	<b>48</b>
Empregado temporário rural - Centro-Oeste (agrícola)	32	41	42	43	47
Empregado permanente rural - Nordeste (agrícola)	26	35	35	38	42
Empregado temporário rural - Nordeste (agrícola)	29	32	35	36	42

<sup>1</sup>ICV Família Pluriativa de Empregado Permanente Urbano da Região Sul em 2004 = 100.

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos microdados da PNAD.

**Tabela 5 -** Relação entre o Índice de Condições de Vida (ICV) das Famílias Pluriativas e das Famílias Agrícolas dos Empregados Permanentes e dos Empregados Temporários, Brasil, 1992-2004

Índices parciais e ICV	Famílias dos empregados permanentes									
	Urbano					Rural				
	1992	1995	1998	2001	2004	1992	1995	1998	2001	2004
INDDOM	1,14	1,07	1,08	1,07	1,06	1,19	1,16	1,16	1,12	1,10
INDSERV	1,17	1,05	1,08	1,10	1,07	1,31	1,13	1,12	1,14	1,14
INDBENS	1,20	1,09	1,17	1,18	1,18	1,15	1,16	1,18	1,19	1,12
INDRENDA <sup>1</sup>	3,02	2,70	2,54	2,79	2,33	1,60	1,68	1,53	1,59	1,57
ICV	1,57	1,44	1,41	1,43	1,35	1,37	1,30	1,27	1,27	1,23

  

Índices parciais e ICV	Famílias dos empregados temporários									
	Urbano					Rural				
	1992	1995	1998	2001	2004	1992	1995	1998	2001	2004
INDDOM	1,09	1,08	1,10	1,05	1,06	1,17	1,14	1,13	1,15	1,12
INDSERV	1,24	1,14	1,16	1,10	1,07	1,98	1,73	1,35	1,35	1,30
INDBENS	1,33	1,23	1,33	1,24	1,24	1,32	1,33	1,25	1,25	1,31
INDRENDA <sup>1</sup>	2,08	2,30	3,02	2,49	2,73	1,43	1,35	1,67	1,78	1,51
ICV	1,40	1,39	1,49	1,34	1,37	1,49	1,40	1,36	1,38	1,31

<sup>1</sup>Nesse caso, foi utilizado o próprio valor do rendimento médio familiar.

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos microdados da PNAD.

**Tabela 6 -** Relação entre o Índice de Condições de Vida (ICV) das Famílias Pluriativas e das Famílias Agrícolas dos Empregados Permanentes e dos Empregados Temporários, Região Norte Urbano, 1992-2004

Índices parciais e ICV	Famílias dos empregados permanentes					Famílias dos empregados temporários				
	1992	1995	1998	2001	2004	1992	1995	1998	2001	2004
	INDDOM	1,19	1,05	1,11	1,05	1,17	1,05	1,02	1,18	1,07
INDSERV	1,40	0,98	1,16	1,15	1,16	1,49	1,14	1,39	1,20	1,15
INDBENS	1,36	0,93	1,21	1,21	1,22	1,53	1,18	1,62	1,30	1,34
INDRENDA <sup>1</sup>	0,83	0,77	0,60	1,01	0,93	0,86	0,91	0,67	1,06	0,97
ICV	1,03	0,79	0,70	1,09	1,06	0,98	0,97	0,83	1,17	1,11

<sup>1</sup>Nesse caso, foi utilizado o próprio valor do rendimento médio familiar.

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos microdados da PNAD.

**Tabela 7 -** Relação entre o Índice de Condições de Vida (ICV) das Famílias Pluriativas e das Famílias Agrícolas dos Empregados Permanentes e dos Empregados Temporários, Região Nordeste, 1992-2004

Índices parciais e ICV	Famílias dos empregados permanentes									
	Urbano					Rural				
	1992	1995	1998	2001	2004	1992	1995	1998	2001	2004
INDDOM	1,06	1,04	1,06	1,05	1,03	1,26	1,12	1,27	1,16	1,11
INDSERV	1,16	1,06	1,08	1,11	1,09	1,72	1,25	1,30	1,30	1,32
INDBENS	1,22	1,13	1,17	1,15	1,27	1,27	1,20	1,28	1,32	1,22
INDRENDA <sup>1</sup>	3,45	3,37	2,69	3,59	3,27	2,05	1,94	2,27	2,28	2,40
ICV	1,66	1,59	1,46	1,58	1,59	1,64	1,39	1,58	1,52	1,48

  

Índices parciais e ICV	Famílias dos empregados temporários									
	Urbano					Rural				
	1992	1995	1998	2001	2004	1992	1995	1998	2001	2004
INDDOM	1,09	1,04	1,11	1,04	1,03	1,06	1,05	1,14	1,14	1,07
INDSERV	1,27	1,05	1,26	1,05	1,09	1,66	1,16	1,44	1,34	1,10
INDBENS	1,34	1,19	1,25	1,22	1,20	1,29	1,17	1,26	1,34	1,27
INDRENDA <sup>1</sup>	2,75	2,18	2,65	3,30	3,51	1,55	1,73	1,55	2,07	1,63
ICV	1,59	1,38	1,49	1,46	1,51	1,32	1,29	1,35	1,45	1,24

<sup>1</sup>Nesse caso, foi utilizado o próprio valor do rendimento médio familiar.

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos microdados da PNAD.

**Tabela 8 -** Relação entre o Índice de Condições de Vida (ICV) das Famílias Pluriativas e das Famílias Agrícolas dos Empregados Permanentes e dos Empregados Temporários, Região Centro-Oeste, 1992-2004

Índices parciais e ICV	Famílias dos empregados permanentes									
	Urbano					Rural				
	1992	1995	1998	2001	2004	1992	1995	1998	2001	2004
INDDOM	1,21	1,00	1,08	1,09	1,06	1,14	1,05	1,19	1,15	1,10
INDSERV	1,13	0,99	1,04	1,05	1,04	1,24	1,00	1,20	1,20	1,12
INDBENS	1,06	0,99	1,18	1,13	1,12	1,13	1,18	1,18	1,21	1,11
INDRENDA <sup>1</sup>	2,80	2,90	2,38	2,06	2,03	1,34	1,58	1,35	1,55	1,43
ICV	1,55	1,46	1,40	1,33	1,30	1,23	1,17	1,25	1,28	1,19

  

Índices parciais e ICV	Famílias dos empregados temporários									
	Urbano					Rural				
	1992	1995	1998	2001	2004	1992	1995	1998	2001	2004
INDDOM	1,15	1,04	1,14	1,05	1,07	1,23	1,21	0,94	1,37	1,23
INDSERV	1,30	1,05	1,08	1,17	1,02	2,18	1,44	0,87	1,73	1,44
INDBENS	1,25	1,06	1,39	1,17	1,23	1,35	1,20	0,90	1,35	1,37
INDRENDA <sup>1</sup>	1,89	2,37	3,68	2,42	2,37	1,08	1,00	1,21	1,62	1,40
ICV	1,40	1,36	1,63	1,36	1,30	1,39	1,23	0,97	1,55	1,38

<sup>1</sup>Nesse caso, foi utilizado o próprio valor do rendimento médio familiar.

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos microdados da PNAD.

**Tabela 9 -** Relação entre o Índice de Condições de Vida (ICV) das Famílias Pluriativas e das Famílias Agrícolas dos Empregados Permanentes e dos Empregados Temporários, Região Sudeste, 1992-2004

Índices parciais e ICV	Famílias dos empregados permanentes									
	Urbano					Rural				
	1992	1995	1998	2001	2004	1992	1995	1998	2001	2004
INDDOM	1,08	1,02	1,06	1,10	1,02	1,15	1,06	1,06	1,06	1,04
INDSERV	1,17	1,03	1,04	1,06	1,02	1,31	1,02	1,03	1,09	1,05
INDBENS	1,23	1,11	1,11	1,19	1,12	1,21	1,14	1,11	1,12	1,09
INDRENDA <sup>1</sup>	2,40	2,13	2,70	2,50	2,16	2,08	1,72	1,61	1,56	1,55
ICV	1,48	1,33	1,45	1,47	1,31	1,45	1,22	1,19	1,19	1,16

  

Índices parciais e ICV	Famílias dos empregados temporários									
	Urbano					Rural				
	1992	1995	1998	2001	2004	1992	1995	1998	2001	2004
INDDOM	1,10	1,01	1,07	1,05	1,02	1,20	1,09	1,18	1,10	1,07
INDSERV	1,22	1,03	1,08	1,05	1,02	1,68	1,26	1,32	1,16	1,18
INDBENS	1,27	1,08	1,24	1,21	1,12	1,18	1,18	1,20	1,12	1,23
INDRENDA <sup>1</sup>	1,47	1,95	2,81	2,70	2,13	1,88	1,83	2,12	2,23	1,87
ICV	1,27	1,25	1,47	1,38	1,29	1,50	1,35	1,48	1,37	1,30

<sup>1</sup>Nesse caso, foi utilizado o próprio valor do rendimento médio familiar.

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos microdados da PNAD.

**Tabela 10 -** Relação entre o Índice de Condições de Vida (ICV) das Famílias Pluriativas e das Famílias Agrícolas dos Empregados Permanentes e dos Empregados Temporários, Região Sul, 1992-2004

(continua)

Índices parciais e ICV	Famílias dos empregados permanentes									
	Urbano					Rural				
	1992	1995	1998	2001	2004	1992	1995	1998	2001	2004
INDDOM	1,20	1,01	1,09	1,07	1,03	1,23	1,12	1,14	1,11	1,16
INDSERV	1,20	1,01	1,10	1,05	1,09	1,14	1,02	1,05	1,06	1,11
INDBENS	1,24	1,06	1,20	1,24	1,19	1,04	1,03	1,16	1,17	1,09
INDRENDA <sup>1</sup>	3,30	2,62	2,97	3,71	2,16	1,56	1,76	1,47	1,36	1,42
ICV	1,75	1,44	1,54	1,57	1,36	1,27	1,19	1,19	1,17	1,19

<sup>1</sup>Nesse caso, foi utilizado o próprio valor do rendimento médio familiar.

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos microdados da PNAD.

**Tabela 10** - Relação entre o Índice de Condições de Vida (ICV) das Famílias Pluriativas e das Famílias Agrícolas dos Empregados Permanentes e dos Empregados Temporários, Região Sul, 1992-2004

(conclusão)

Índices parciais e ICV	Famílias dos empregados temporários									
	Urbano					Rural				
	1992	1995	1998	2001	2004	1992	1995	1998	2001	2004
INDDOM	1,04	1,06	1,03	1,03	1,04	1,18	1,08	1,25	1,02	1,10
INDSERV	1,09	1,05	1,03	1,10	1,12	2,32	1,19	1,68	1,23	1,38
INDBENS	1,34	1,16	1,24	1,32	1,35	1,42	1,30	1,61	1,20	1,36
INDRENTA <sup>1</sup>	3,05	2,84	4,18	2,19	3,55	1,51	1,26	2,42	1,38	1,34
ICV	1,41	1,36	1,44	1,28	1,52	1,58	1,20	1,69	1,18	1,29

<sup>1</sup>Nesse caso, foi utilizado o próprio valor do rendimento médio familiar.

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos microdados da PNAD.

têm maiores ICVs do que as famílias rurais pluriativas.

As observações anteriores são ilustradas pelo fato de que, dos nove melhores ICVs em 2004, todos são de famílias urbanas e pluriativas. E, dentre eles, cinco são para empregados permanentes e quatro para temporários. Excluindo-se os dois ICVs calculados para as médias nacionais (famílias pluriativas de empregados permanentes e de empregados temporários com residência urbana), seis dos sete melhores índices estão nas Regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste. No outro extremo, dos oito piores ICVs, sete são para famílias rurais, sete são para famílias agrícolas e seis são para famílias de empregados temporários. Ao excluírem-se dois índices que medem as médias nacionais (famílias agrícolas de empregados permanentes e de empregados temporários rurais), dos seis piores ICVs, três estão na Região Nordeste.

Ao compararem-se os ICVs das famílias pluriativas e das agrícolas, pode-se perceber, inicialmente, que no agregado de Brasil há uma tendência observada ao longo do período 1992-2004 de redução das diferenças nas condições de vida (Tabela 5). Em 1992, o ICV das famílias pluriativas dos empregados permanentes urbanos era 57,0% superior ao ICV das famílias agrícolas dos empregados permanentes urbanos. Já em 2004, a diferença era de 35,0%, motivada pelas aproximações nos índices parciais de condições do domicílio, de acesso aos serviços básicos e de rendimento médio familiar. No entanto, deve ser destacado que nesse último ano, o índice de rendimento ainda era mais que o dobro em favor

das famílias pluriativas, sendo a principal fonte de discrepâncias nos ICVs dos dois tipos de famílias.

Em relação às famílias dos empregados permanentes com residência rural, o comportamento foi semelhante. Em 1992, o ICV das famílias pluriativas era 37,0% superior ao das agrícolas, sendo que essa diferença caiu para 23,0%, em 2004. As maiores aproximações ocorreram nos índices parciais de acesso aos serviços sociais básicos e de condições dos domicílios. Os demais permaneceram em patamares muito semelhantes ao que eram no início e no final do período analisado, de tal forma que, em 2004, o índice de acesso aos bens duráveis das famílias pluriativas era 12,0% superior ao das agrícolas, enquanto o rendimento médio familiar era 57,0% maior.

Já para as famílias dos empregados temporários, a maior aproximação dos ICVs ocorreu entre os residentes rurais. Em 1992, o ICV das famílias pluriativas era 49,0% superior ao das famílias agrícolas, caindo para 31,0%, em 2004. Esse comportamento foi possível pela significativa redução das disparidades verificadas no índice parcial de acesso aos serviços básicos (a queda foi de 1,98, em 1992, para 1,30, em 2004), seguida pela pequena redução no índice parcial de condições dos domicílios. Praticamente, não houve mudanças nas relações entre os índices de acesso aos bens duráveis para os dois tipos de família. No entanto, aumentou a diferença no rendimento médio familiar, de tal forma que, em 2004, as famílias pluriativas tinham um rendimento 51,0% superior ao das famílias agrícolas (Tabela 5).

Para as famílias urbanas, em que pesem as maiores aproximações nos índices de acesso aos serviços e bens duráveis, o crescimento das diferenças entre os rendimentos médios familiares fez com que a relação entre os ICVs das famílias pluriativas e das agrícolas caísse somente de 1,40 para 1,37 no período em questão, tendo um comportamento muito oscilante.

Analisando-se com mais detalhes as diferenças regionais, valem duas importantes observações para a Região Norte Urbano: a primeira é que trata-se da única região do País onde os ICVs das famílias pluriativas e das agrícolas eram muito semelhantes; e a segunda é que, em alguns anos da série, as condições das famílias agrícolas foram mais favoráveis.

Para as famílias dos empregados permanentes, o período começou ligeiramente mais favorável às famílias pluriativas. No momento posterior, a situação inverteu-se a favor das famílias agrícolas pelas melhorias verificadas em todos os índices, principalmente, no de rendimento médio familiar, que foi superior ao das famílias pluriativas em 1995 e 1998. No entanto, as condições de vida voltaram a ser mais favoráveis para as famílias pluriativas no período 2001-04, mas com um ICV somente 6,0% superior ao registrado para as famílias agrícolas.

Para as famílias dos empregados temporários, o ICV das agrícolas foi superior ao das pluriativas em todo o período da década de 1990, principalmente, pelo fato de possuírem maior rendimento médio familiar. A situação mudou nos primeiros anos do século XXI. Além de manterem índices mais favoráveis nas condições do domicílio, no acesso aos serviços básicos e no acesso aos bens duráveis em todo o período, houve uma melhora no comportamento do rendimento médio familiar a favor das famílias pluriativas (em 2004, era praticamente o mesmo das famílias agrícolas). Com isso, em 2004, o ICV das famílias pluriativas superava em 11,0% o das agrícolas (Tabela 6).

Na Região Nordeste, apesar de fortes oscilações, o movimento geral observado no período 1992-2004, também foi de tendência de redução nas diferenças dos ICVs entre as famílias pluriativas e as

agrícolas, tal como verificado para o total de Brasil. No entanto, as condições permanecem bem mais favoráveis para as famílias que se dedicam à pluriatividade (Tabela 7).

Para as famílias dos empregados permanentes com residência urbana, o ICV das pluriativas fechou o período com um valor 59,0% superior ao das agrícolas (era 66,0%, em 1992). As principais diferenças que permaneciam dizem respeito ao rendimento médio familiar, que é mais de três vezes superior e, conseqüentemente, ao acesso aos bens duráveis, cujo índice parcial das famílias pluriativas era 27,0% maior do que o observado para as famílias agrícolas, em 2004.

A distância entre os ICVs das famílias pluriativas e das famílias agrícolas dos empregados permanentes com residência nas áreas rurais nordestinas foi reduzida de 64,0%, em 1992, para 48,0%, em 2004, graças às aproximações verificadas nos índices parciais de condições do domicílio e de acesso aos serviços públicos, principalmente.

O comportamento do índice parcial de acesso aos bens de consumo durável, apesar das variações, mostrou valores próximos no início e no fim do período analisado, enquanto o rendimento médio das famílias pluriativas foi bem superior ao das agrícolas (em 2004, era 2,4 vezes mais elevado). Pode-se notar que a diferença nos rendimentos auferidos pelas famílias apresentou tendência de aumento no período, após 1998, evidenciando que a pluriatividade, mesmo ocorrendo em atividades de caráter precário, como a prestação de serviços, constitui-se em fator da maior relevância para a ampliação da renda familiar.

Para as famílias de empregados temporários, a menor diferença entre os ICVs, em 2004, foi observada para os residentes rurais (24,0% a favor das famílias pluriativas, depois de atingir um máximo de 45,0%, em 2001). Nesse ano, a principal diferença entre os índices parciais também era no rendimento médio familiar, 63,0% superior nas famílias pluriativas. Outro movimento semelhante ao verificado nos outros agregados foi a sensível redução na disparidade do acesso aos serviços sociais básicos. Em 2004, esse índice parcial para as famílias pluriativas era

somente 10,0% maior que o das famílias agrícolas, sendo que, em 1992, tal diferença era de 66,0%.

O crescimento da diferença nos rendimentos médios auferidos pelas famílias no período, após 1998, também foi o principal motivo da relação entre os ICVs das famílias pluriativas e agrícolas dos empregados temporários com residência urbana ter apresentado pequena redução, de 59,0%, em 1992, para 51,0%, em 2004. Isso porque os demais índices tiveram grande aproximação, especialmente os de condições do domicílio e de acesso aos serviços básicos (somente 3,0% e 9,0%, respectivamente, mais elevados para as famílias pluriativas, em 2004).

No Centro-Oeste, o que chama mais atenção é o fato de as reduções nas diferenças do ICV entre as famílias pluriativas e agrícolas terem sido mais relevantes nas cidades. Para os residentes rurais, tomando-se os anos inicial e final da série analisada, a situação pouco se alterou (Tabela 8).

Em 2004, o ICV das famílias pluriativas dos empregados permanentes urbanos era 30,0% maior que o registrado para as famílias agrícolas (em 1992, a diferença era de 55,0%). Pode-se notar que a principal diferença, embora declinante no período, era no rendimento médio, o dobro a favor das famílias pluriativas. Os demais índices parciais eram bastante próximos. Quanto às famílias dos empregados temporários, o comportamento foi bastante semelhante. Em 2004, o ICV das famílias pluriativas também era 30,0% superior ao das agrícolas (era 40,0%, em 1992) e as principais diferenças estavam no rendimento médio familiar, com tendência de aumento em quase todo o período, e no acesso aos bens de consumo durável.

Ao analisarem-se as famílias rurais, é possível perceber que a diferença entre os ICVs das pluriativas e das agrícolas dos empregados permanentes era de 19,0%, em 2004 (contra 23,0%, em 1992). Para os empregados temporários, a diferença foi de 38,0% (contra 39,0%, em 1992). Vale dizer que, para essas famílias, se por um lado houve grande redução nas disparidades referentes ao acesso aos serviços básicos, por outro lado aumentou a diferença no rendimento médio em favor das pluriativas no período, após 1998, o que teve reflexos nos demais índices parciais.

Para o Sudeste, pode-se afirmar: a) com exceção das famílias dos empregados temporários urbanos, para todas as demais houve uma clara tendência de redução das diferenças entre os ICVs das famílias pluriativas e das agrícolas; b) para todos os tipos de famílias, as principais diferenças foram observadas no rendimento médio, sempre mais favorável para as famílias pluriativas; c) para todos os tipos de famílias, os índices parciais mais próximos, em 2004, foram os de condições do domicílio e de acesso aos serviços sociais básicos; d) a maior diferença entre os ICVs das famílias pluriativas e das agrícolas, em 2004, foi de 31,0% (empregados permanentes urbanos) e a menor foi de 16,0% (empregados permanentes rurais) (Tabela 9).

Finalmente, para a Região Sul vale a pena fazer as seguintes observações: a) somente para as famílias dos empregados temporários urbanos houve aumento da relação entre os ICVs das famílias pluriativas e agrícolas, pois para as demais houve tendência de queda no período 1992-2004; b) ainda para as famílias dos empregados temporários urbanos, é importante mencionar que houve aumento da relação entre os rendimentos médios das famílias pluriativas e agrícolas, sendo esse o principal responsável pelo aumento da discrepância entre os ICVs; c) a maior diferença entre os ICVs das famílias pluriativas e das agrícolas, em 2004, foi de 52,0% (empregados temporários urbanos) e a menor foi de 19,0% (empregados permanentes rurais); para as famílias dos empregados temporários rurais chama a atenção a superioridade de todos os índices parciais das famílias pluriativas, principalmente, o de acesso aos serviços sociais, que ainda era 38,0% maior para estas famílias, em 2004, contrariando as tendências de aproximação verificadas para os outros tipos de famílias, não só no Sul, mas também nas demais regiões brasileiras (Tabela 10).

#### 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo analisou as condições de vida das famílias dos empregados agrícolas no período 1992-

2004, com base no ICV. Os principais resultados para as famílias dos empregados agrícolas mostraram que: a) todos os tipos de famílias tiveram uma evolução bem favorável do seu ICV; b) o local de moradia teve mais relevância nas condições de vida do que a categoria dos empregados, pois os residentes urbanos tiveram os maiores ICVs (obviamente, para uma mesma situação de residência, as famílias dos empregados permanentes tinham melhores condições de vida do que as famílias dos empregados temporários); c) entre as famílias urbanas e rurais, as principais diferenças no ICV foram proporcionadas pelo rendimento médio familiar e pelo acesso aos serviços sociais básicos, mais favoráveis aos residentes urbanos; d) os indicadores que apresentaram desempenhos francamente favoráveis para todos os tipos de famílias, obviamente com diferenças de magnitude, foram os de material de construção do domicílio, de existência de banheiro no domicílio, de acesso ao serviço de água canalizada, de acesso ao serviço de energia elétrica, de acesso ao telefone e de posse dos bens duráveis que tiveram *boom* de consumo, no caso a TV em cores e a geladeira.

A evolução das condições de vida das famílias dos empregados agrícolas não foi homogênea em todas as regiões brasileiras. Foi possível perceber um maior favorecimento das famílias dos empregados permanentes residentes nas áreas urbanas das regiões mais desenvolvidas. Em 2004, os maiores ICVs foram registrados para as famílias de empregados permanentes com residência urbana na Região Centro-Oeste, seguidos pelos ICVs das famílias de empregados permanentes urbanos da Região Sul, famílias de empregados permanentes urbanos da Região Sudeste e famílias de empregados temporários urbanos da Região Sudeste. Já os piores ICVs ocorreram para a Região Nordeste, com as famílias rurais dos empregados permanentes e dos temporários.

Em 2004, dos nove melhores ICVs, todos foram para famílias urbanas e pluriativas. Dentre eles, cinco são para empregados permanentes e quatro para temporários. Excluindo-se os ICVs calculados para as médias nacionais, seis dos sete melhores índices foram obtidos para as Regiões Sul, Centro-

Oeste e Sudeste. No outro extremo, dos oito piores ICVs, sete foram para famílias rurais, sete para famílias agrícolas e seis são para famílias de empregados temporários. Com a exclusão dos índices que medem as médias nacionais, dos seis piores ICVs, três estavam na Região Nordeste.

Na comparação entre as condições de vida das famílias agrícolas e das pluriativas dos empregados ocupados na agricultura brasileira, os dois principais resultados foram os seguintes: a) corroborando as conclusões de outros estudos sobre o tema, foram observadas melhores condições para as famílias pluriativas; b) houve uma tendência de aproximação (ou de redução das distâncias) do ICV das famílias agrícolas do ICV das famílias pluriativas em todas as regiões, principalmente, pelo desempenho dos indicadores ligados às condições do domicílio e ao acesso aos serviços sociais básicos, evidenciando a importância do Estado e das políticas públicas na melhoria das condições de vida e no desenvolvimento humano.

Se é verdade que as famílias pluriativas possuem melhores condições de vida, os dados também reforçaram que o local de moradia é extremamente relevante na obtenção dos melhores ICVs e que, para um mesmo tipo de família em um mesmo local de residência, a posição na ocupação de empregados permanentes é mais favorável. Ou seja, as situações de residência urbana, de pluriatividade e de empregado permanente conferem às famílias melhores condições de vida em relação às demais. Na outra extremidade, aparecem as famílias rurais, agrícolas e de empregados temporários. Outro dado que sustenta a predominância do local de residência nas melhores condições de vida, é que as famílias urbanas agrícolas têm maiores ICVs do que as famílias rurais pluriativas.

Essas questões trazem à tona o relevante papel do Estado e das políticas públicas no sentido de fomentar pelo menos dois aspectos com forte influência nas condições de vida: os investimentos em infraestrutura básica nas regiões mais pobres e a pluriatividade no interior das famílias.

Quando se fala em fomentar os investimentos



em infra-estrutura básica nas regiões mais pobres é porque os dados evidenciaram e reforçaram o fato já conhecido de que as condições de vida nas áreas rurais brasileiras, principalmente, nas Regiões Norte e Nordeste, ainda estão bem distantes daquelas observadas para os residentes urbanos. Como o acesso aos serviços públicos básicos (água canalizada, energia elétrica, coleta de lixo e de esgoto, saúde, educação, habitação, lazer, documentação básica etc.) constitui-se em ponto fundamental para o desenvolvimento humano, é imperioso um maior investimento público nos mesmos, especialmente nos pequenos e médios municípios brasileiros. Isso é apontado por especialistas como uma das formas mais eficientes e eficazes de manter a população nos seus locais de origem, evitando a migração para os grandes centros urbanos e metropolitanos e ao mesmo tempo contribuindo para a retenção de mão-de-obra adequada para as atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas nas áreas urbanas e rurais destas localidades (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

Apenas como exemplo ilustrativo de uma recente política pública de investimento em infra-estrutura básica que acerta nos seus objetivos e no público beneficiário, no sentido de elevar o padrão de vida da população rural de pequenos e médios municípios brasileiros, pode ser citado o Programa Luz Para Todos, o qual é um programa de eletrificação rural do Governo Federal que tem como meta levar energia elétrica a 10 milhões de pessoas até o ano de 2008 e acabar com a exclusão elétrica no meio rural<sup>13</sup>.

O principal objetivo do Programa é reduzir a

<sup>13</sup>Segundo dados divulgados pelo Governo Federal, as obras do Programa, em outubro de 2006, estavam em andamento em quase todos os estados e mais de 4,3 milhões de pessoas já foram beneficiadas. As instalações elétricas nas moradias são gratuitas e incluem um kit com três pontos de luz e duas tomadas. O Luz para Todos é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e pela Eletrobrás e desenvolvido em parceria com concessionárias de energia elétrica, cooperativas de eletrificação rural e governos estaduais. Para atingir seu objetivo, serão investidos R\$12,7 bilhões até o final de 2008, dos quais R\$9,1 bilhões serão repassados pelo Governo Federal. Os recursos federais são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e da Reserva Global de Reversão (RGR) e repassados por meio de subvenção (fundo perdido) e financiamento, respectivamente.

pobreza e a fome utilizando a energia elétrica como vetor de desenvolvimento econômico das comunidades rurais. A chegada da luz pode, de fato, mudar a vida das famílias beneficiadas, com o uso produtivo da eletricidade, dada a possibilidade de se ter máquinas elétricas para facilitar o trabalho agrícola, ampliar a produção rural e, conseqüentemente, aumentar a renda. Também é importante registrar que os serviços básicos de saúde, de educação, de abastecimento de água e de telecomunicações são potencializados e viabilizados com a energia elétrica.

Um dos fatores de sucesso do Programa é que ele respeita as seguintes prioridades: projetos de eletrificação rural paralisados por falta de recursos, que atendam comunidades e povoados rurais; municípios com índice de atendimento a domicílios inferior a 85%, calculado com base no Censo 2000; municípios com Índice de Desenvolvimento Humano inferior à média estadual; comunidades atingidas por barragens de usinas hidrelétricas ou por obras do sistema elétrico; projetos que enfoquem o uso produtivo da energia elétrica e que fomentem o desenvolvimento local integrado; escolas públicas, postos de saúde e poços de abastecimento d'água; assentamentos rurais; projetos para o desenvolvimento da agricultura familiar ou de atividades de artesanato de base familiar; atendimento de pequenos e médios agricultores; populações do entorno de Unidades de Conservação da Natureza; e populações em áreas de uso específico de comunidades especiais, tais como minorias raciais, comunidades remanescentes de quilombos e comunidades extrativistas.

A pluriatividade no interior das famílias deve ser fomentada porque, inequivocamente, ela promove uma melhoria substancial no índice de condições de vida. De acordo com Schneider (2005), as políticas públicas devem incentivar o desenvolvimento da pluriatividade pelo fato dela se apresentar como importante alternativa para um conjunto de problemas das populações urbanas e rurais ao: elevar a renda familiar; estabilizar a renda familiar e reduzir a sazonalidade dos ingressos; diversificar as fontes de renda familiar; contribuir para a geração de empregos agrícolas e não agrícolas; gerar externalida-

des, diversificar as economias locais e desenvolver os territórios rurais; reduzir as migrações campo – cidade; estimular mudanças nas relações de poder e de gênero no interior das famílias; e apoiar a multifuncionalidade do meio rural. Segundo o autor, ao cumprir tais papéis, a pluriatividade também se constitui em importante instrumento de combate e erradicação da fome e da pobreza, principalmente, nas áreas rurais.

Ao enfatizar a relevância da pluriatividade para a promoção do desenvolvimento rural sustentável<sup>14</sup>, Schneider (2005, p.18) enfatiza que ela “poderia ser o elo de ligação entre as políticas agrícolas (crédito, assistência técnica, sanitárias e de abastecimento) e as políticas de desenvolvimento rural, tais como o beneficiamento e a transformação da produção (agregação de valor via agroindustrialização), a geração de empregos não agrícolas, a habitação rural, o turismo rural, o artesanato, a preservação ambiental etc.<sup>15</sup> Estimular essa complementaridade poderia contribuir para se desconstruir o maniqueísmo político e ideológico entre o agrícola e o rural, entre a agricultura familiar e o agronegócio, entre a produção para o mercado e para o autoprovisionamento dos agricultores, entre outros. Até porque, o mais importante não é saber qual a atividade que gera mais renda ou qual produto é mais aceito pelos compradores, pois o essencial está em dominar conhecimentos que permitam aos agricultores e aos habitantes do rural lograrem a sua reprodução e manterem-se como atores integrantes desse espaço por meio de mecanismos que sejam sustentáveis em todos os sentidos, independentemente de serem agrícolas ou não agrícolas”.

<sup>14</sup>Há algum tempo, Graziano da Silva (1999, p.125) dizia que “infelizmente, o Brasil ainda não possui nenhum programa que estimule a pluriatividade no meio rural e muito menos programas de incentivo às atividades não agrícolas ou pagamentos diretos a famílias rurais que habitam regiões desfavorecidas”. Pelas constatações de Schneider (2005), o quadro não sofreu muitas mudanças até o presente momento.

<sup>15</sup>Também poderia ser inserida a articulação da pluriatividade com as políticas de reordenamento fundiário (reforma agrária, crédito fundiário, entre outras).

## LITERATURA CITADA

BALSADI, O. V. **O mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira no período 1992-2004 e suas diferenciações regionais**. 2006. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

BANA E COSTA, C. A.; VANSNICK, J. C. Uma nova abordagem ao problema da construção de uma função de valor cardinal: MACBETH. **Investigação operacional**, v. 15, p. 15-35, 1995.

\_\_\_\_\_. Thoughts on a theoretical framework for measuring attractiveness by categorical based evaluation technique (MACBETH). In: CLÍMACO, J. (Ed.). **Multi-criteria analysis**. Berlin: Springer-Verlag, 1997.

BARRETO, R. C. S.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S. Sustentabilidade dos assentamentos no município de Caucaia - CE. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 43, n. 2, p. 225-247, abr./jun. 2005.

BELTRÃO, K. I.; SUGAHARA, S. **Infra-estrutura dos domicílios brasileiros: uma análise para o período 1981-2002**. Rio de Janeiro: Ipea, 2005. 67 p. (Texto para Discussão, n. 1077).

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Eds.). **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2000. v.1.

DEL GROSSI, M. E. **Evolução das ocupações não agrícolas no meio rural brasileiro 1981-1995**. 1999. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas.

GOMES, E.; ALENCAR, M. de C. Índice de produção ponderado de atividades de biblioteca: uma abordagem multicriterial. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 34, n. 1, p. 9-18, jan./abr. 2005.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp/IE, 1999. (Coleção Pesquisas, n. 1).

\_\_\_\_\_; DEL GROSSI, M. E. **A evolução da agricultura familiar e do agribusiness nos anos 90**. Campinas: IE/Unicamp, Projeto Rurbano, 2000. 19 p. Mimeo.

HOFFMANN, R.; KAGEYAMA, A. **A dupla natureza da pobreza no Brasil e sua trajetória na última década**. Campinas: IE/Unicamp, jun. 2005. 105 p. (Relatório de Pesquisa).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro, v. 24, 2004. 27 p.

KAGEYAMA, A. **Características dos domicílios agrícolas no Brasil em 1992 e 1997**. Campinas: IE/Unicamp, Projeto Rurbano, 1999. 24 p. Mimeo.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Determinantes da renda e condições de vida das famílias agrícolas no Brasil. **Economia**, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 147-183, 2000.

\_\_\_\_\_; REHDER, P. O bem-estar rural no Brasil na década de oitenta. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 23-44, jan./mar. 1993.

LEONE, E. T. Famílias agrícolas no meio urbano: inserção nas cidades das famílias que continuam vinculadas à agricultura. In: RAMOS, P.; REYDON, B. P. (Org.). **Agropecuária e agroindústria no Brasil: ajuste, situação atual e perspectivas**. Campinas: ABRA, 1995.

MEDEIROS, E. J. R. de; CAMPOS, R. T. Avaliação socioeconômica do Programa Reforma Agrária Solidária nos Municípios de Iguatu e Quixeramobim - estado do Ceará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 40, n. 4, p. 823-850, out./dez. 2002.

NASCIMENTO, C. A. do. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas**. 2005. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

SCHNEIDER, S. O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 2005, Brasília, DF. Brasília, DF: MDA/SAF/SDT, 2005. 23 p.

SILVA, A. M. A. da; RESENDE, G. M. **A importância do acesso aos serviços públicos na renda por habitante dos municípios nordestinos**. Brasília, DF: Ipea, 2005. 21 p. (Texto para Discussão, n. 1132).

SOARES DE MELLO, J. C. C. B.; GOMES, E. G.; LINS, M. P. E. Análise multicritério da presença da Universidade Federal Fluminense com o uso do método Macbeth. **Revista Produção**, v. 11, n. 2, p. 53-67, 2002.

---

Recebido em 05/02/2007. Liberado para publicação em 10/04/2007.

**EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS  
DOS EMPREGADOS NA AGRICULTURA BRASILEIRA  
NO PERÍODO 1992-2004**

**Anexo 1**

**Tabela A. 1. 1 - Índice de Condições de Vida (ICV) das Famílias Agrícolas Extensas dos Empregados Permanentes e dos Empregados Temporários, Brasil, 1992-2004**

(continua)

Índices parciais e ICV	Famílias dos empregados permanentes									
	Urbano					Rural				
	1992	1995	1998	2001	2004	1992	1995	1998	2001	2004
MAT	59,0	65,6	68,7	70,2	71,3	62,3	67,1	66,3	68,8	69,3
TELHA	90,4	91,3	87,9	94,5	92,5	94,6	95,3	94,6	93,9	94,3
BAN	75,5	84,7	89,5	88,1	93,4	65,0	71,8	76,8	80,2	85,4
PROP	63,4	65,7	67,0	65,8	69,7	14,2	15,3	19,1	16,6	20,9
INDDOM	70,2	75,1	77,0	77,6	80,3	51,8	55,3	57,7	58,2	61,3
AGUAC	52,1	66,4	69,9	70,8	80,9	48,9	56,7	65,0	69,8	75,3
COLIX	45,7	61,7	74,0	77,8	80,9	1,5	3,3	5,4	6,6	11,6
ENEL	83,3	91,8	93,2	94,5	96,5	61,3	72,7	80,0	84,6	89,2
COLESG	20,8	19,7	19,8	26,6	25,2	1,1	1,5	1,0	0,4	1,5
INDSERV	55,0	64,4	68,0	70,8	74,5	35,0	41,5	46,5	49,5	53,7
TEL	2,8	5,3	4,7	6,3	24,2	1,4	2,0	4,2	11,1	27,4
FOG	90,1	94,3	94,8	96,3	95,6	87,6	89,9	93,0	93,7	93,9
FIL	37,7	37,9	35,5	36,3	33,9	36,9	37,6	39,2	38,2	37,6
RAD	66,8	76,9	77,9	75,4	76,1	77,6	82,8	86,7	83,9	84,9
TV	14,2	33,5	51,7	60,8	73,4	8,3	21,7	48,9	54,8	68,5
GEL	40,5	52,4	63,1	64,5	75,5	35,6	41,2	58,0	62,3	70,6
FRE	4,4	7,3	6,2	5,8	7,7	8,0	9,0	14,3	17,0	20,7
MAQ	5,6	8,7	8,9	9,9	9,9	5,7	7,6	10,0	8,9	8,7
INDBENS	34,6	42,3	46,6	48,7	55,4	33,7	38,0	47,0	49,6	56,2
RENFAM <sup>1</sup>	0,63	528,06	610,69	689,18	1.072,22	0,39	269,39	350,30	444,66	647,04
RENFAMC <sup>2</sup>	890,54	1.129,37	1.080,44	997,68	1.141,99	554,23	576,15	619,75	643,70	689,15
RENFAMP <sup>3</sup>	47,6	68,3	64,0	56,9	69,4	18,4	20,3	24,1	26,2	30,1
INDRENDA	47,6	68,3	64,0	56,9	69,4	18,4	20,3	24,1	26,2	30,1
ICV	53,2	64,8	65,5	64,3	71,1	33,9	37,6	42,2	44,2	48,4

<sup>1</sup>Rendimento familiar médio mensal, em R\$, em valores correntes.

<sup>2</sup>Rendimento familiar médio mensal, em R\$, corrigido pelo INPC, do IBGE, para dezembro de 2005.

<sup>3</sup>Rendimento familiar médio mensal padronizado pelo método dos valores máximos e mínimos.

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos microdados da PNAD.

**Tabela A. 1. 1 - Índice de Condições de Vida (ICV) das Famílias Agrícolas Extensas dos Empregados Permanentes e dos Empregados Temporários, Brasil, 1992-2004**

(conclusão)

Índices parciais e ICV	Famílias dos empregados temporários									
	Urbano					Rural				
	1992	1995	1998	2001	2004	1992	1995	1998	2001	2004
MAT	57,9	57,0	63,4	63,1	68,8	50,8	53,0	61,2	62,0	62,5
TELHA	89,4	90,2	90,3	94,0	92,8	86,3	87,6	89,4	93,3	91,7
BAN	69,4	76,4	80,6	83,9	91,0	38,9	46,0	53,8	59,3	66,5
PROP	67,1	70,0	70,9	73,0	70,8	60,2	64,6	62,9	65,1	68,7
INDDOM	69,3	72,2	75,1	77,2	79,5	56,4	60,5	64,2	67,3	70,4
AGUAC	40,4	50,9	58,9	64,2	72,5	17,6	22,5	33,8	44,2	48,7
COLIX	40,4	51,2	63,3	75,5	83,7	2,9	4,5	9,6	6,8	12,7
ENEL	76,2	84,9	87,3	91,0	94,9	35,5	41,9	57,0	66,7	70,9
COLESG	16,3	20,9	23,1	26,7	23,5	3,2	5,9	8,0	1,2	2,2
INDSERV	47,5	56,2	61,8	67,3	71,7	18,1	22,5	32,2	36,4	40,3
TEL	0,4	1,2	1,7	2,6	10,6	0,0	0,2	0,5	4,0	7,0
FOG	85,2	88,9	91,5	94,3	91,7	81,2	81,9	89,3	92,3	91,2
FIL	29,5	32,9	33,0	32,8	32,4	32,1	30,4	34,6	40,6	37,5
RAD	55,5	67,9	68,1	69,3	69,3	59,1	69,7	77,7	75,5	77,9
TV	4,5	14,2	31,4	42,0	57,9	2,4	6,4	21,0	31,6	40,8
GEL	21,6	29,1	40,3	52,3	61,3	12,1	18,3	26,6	34,8	45,3
FRE	0,5	1,7	2,1	3,0	2,0	1,9	4,6	3,8	8,5	5,4
MAQ	1,7	3,7	4,2	4,1	5,5	2,1	1,8	2,1	4,1	2,1
INDBENS	26,2	31,6	36,7	41,1	46,1	24,5	27,4	33,5	38,4	41,5
RENFAM <sup>1</sup>	0,54	408,29	413,51	500,98	738,06	0,37	316,01	337,81	352,10	548,96
RENFAMC <sup>2</sup>	760,58	873,22	731,59	725,23	786,09	530,78	675,86	597,66	509,71	584,68
RENFAMP <sup>3</sup>	36,3	46,1	33,8	33,2	38,5	16,4	29,0	22,2	14,6	21,1
INDRENDA	36,3	46,1	33,8	33,2	38,5	16,4	29,0	22,2	14,6	21,1
ICV	46,1	53,0	51,9	54,3	58,5	29,0	35,7	37,8	37,9	42,3

<sup>1</sup>Rendimento familiar médio mensal, em R\$, em valores correntes.<sup>2</sup>Rendimento familiar médio mensal, em R\$, corrigido pelo INPC, do IBGE, para dezembro de 2005.<sup>3</sup>Rendimento familiar médio mensal padronizado pelo método dos valores máximos e mínimos.

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos microdados da PNAD.

**Tabela A. 1. 2 - Índice de Condições de Vida (ICV) das Famílias Agrícolas Extensas dos Empregados Permanentes e dos Empregados Temporários, Região Norte Urbano, 1992-2004**

Índices parciais e ICV	Famílias dos empregados permanentes					Famílias dos empregados temporários				
	1992	1995	1998	2001	2004	1992	1995	1998	2001	2004
MAT	27,6	33,2	41,3	39,8	33,3	32,2	23,5	30,4	23,9	32,7
TELHA	80,1	77,4	67,2	89,9	93,3	63,1	70,7	68,7	81,4	85,9
BAN	60,7	87,8	84,4	85,7	92,0	64,7	80,8	74,7	79,5	85,6
PROP	66,1	81,8	73,3	72,5	65,9	75,4	79,8	68,9	79,8	71,6
INDDOM	58,3	72,1	68,4	71,8	70,4	60,9	66,2	62,0	67,7	69,2
AGUAC	19,5	39,4	36,2	40,1	63,0	6,9	28,6	22,2	27,0	35,7
COLIX	21,2	45,4	52,1	57,6	59,2	4,3	30,7	29,0	49,9	65,5
ENEL	69,9	87,0	85,2	89,5	93,4	60,4	82,3	70,8	84,9	90,7
COLESG	0,0	0,0	5,5	1,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
INDSERV	32,8	48,3	49,1	51,7	59,5	23,2	41,2	35,2	44,9	52,0
TEL	0,0	4,9	3,5	2,3	18,6	0,0	1,0	0,0	0,7	7,4
FOG	83,2	93,6	83,6	93,2	89,9	75,3	84,1	77,7	90,2	85,2
FIL	37,6	32,9	34,8	45,9	29,1	28,1	37,6	32,2	40,5	28,7
RAD	37,4	77,5	68,2	54,7	58,1	33,0	58,6	40,6	46,1	49,3
TV	7,7	31,1	39,3	50,5	68,1	0,0	6,3	11,0	28,7	48,7
GEL	33,2	52,7	53,4	49,4	68,2	6,5	33,7	23,6	41,6	47,8
FRE	4,1	3,1	4,0	3,4	6,4	0,0	1,1	0,0	1,4	1,3
MAQ	0,0	3,3	0,0	8,3	6,9	0,0	1,1	2,6	1,3	1,5
INDBENS	27,2	40,6	39,2	41,9	48,8	18,8	29,6	25,1	34,2	38,0
RENFAM <sup>1</sup>	0,54	511,51	722,73	643,13	994,91	0,57	401,93	562,34	561,52	757,40
RENFAMC <sup>2</sup>	768,51	1.093,97	1.278,66	931,01	1.059,65	802,13	859,61	994,90	812,87	806,69
RENFAMP <sup>3</sup>	37,0	65,2	81,2	51,1	62,2	39,9	44,9	56,6	40,8	40,3
INDRENDA	37,0	65,2	81,2	51,1	62,2	39,9	44,9	56,6	40,8	40,3
ICV	40,1	59,0	63,2	55,2	61,5	38,1	47,2	47,8	47,9	50,4

<sup>1</sup>Rendimento familiar médio mensal, em R\$, em valores correntes.

<sup>2</sup>Rendimento familiar médio mensal, em R\$, corrigido pelo INPC, do IBGE, para dezembro de 2005.

<sup>3</sup>Rendimento familiar médio mensal padronizado pelo método dos valores máximos e mínimos.

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos microdados da PNAD.

**Tabela A. 1. 3 - Índice de Condições de vida (ICV) das Famílias Agrícolas Extensas dos Empregados Permanentes e dos Empregados Temporários, Região Nordeste, 1992-2004**

Índices parciais e ICV	Famílias dos empregados permanentes									
	Urbano					Rural				
	1992	1995	1998	2001	2004	1992	1995	1998	2001	2004
MAT	85,6	84,5	87,7	88,9	92,2	74,2	80,7	76,0	85,3	84,2
TELHA	99,4	96,4	96,8	98,1	97,1	94,5	96,2	95,6	96,5	96,6
BAN	60,2	75,5	78,0	80,8	87,5	27,6	43,4	43,1	50,6	58,7
PROP	71,2	68,2	69,3	70,8	74,7	26,5	37,9	31,3	30,0	35,3
INDDOM	75,8	78,3	80,2	81,9	85,7	48,2	58,2	54,7	58,6	62,4
AGUAC	42,3	59,3	55,4	54,9	67,1	9,2	14,6	18,3	25,2	30,5
COLIX	31,8	59,2	67,1	73,5	84,2	2,5	7,1	2,8	6,6	10,2
ENEL	83,2	92,8	95,0	95,7	94,8	36,9	58,4	61,8	68,9	75,3
COLESG	6,0	13,9	12,7	20,6	20,7	0,6	2,0	0,5	0,3	0,9
INDSERV	46,8	61,1	61,9	64,7	69,7	15,7	25,5	26,7	31,7	36,1
TEL	0,2	1,8	2,4	2,3	9,0	0,2	1,0	1,5	1,1	5,3
FOG	76,4	89,6	94,8	92,5	92,6	77,6	78,2	87,2	85,2	84,3
FIL	35,0	48,1	40,1	43,8	46,8	30,0	36,7	34,8	38,6	38,5
RAD	63,3	76,2	73,5	76,8	74,1	65,1	76,1	73,9	76,4	71,4
TV	4,9	13,0	42,4	50,9	63,5	0,6	5,4	21,7	29,4	45,4
GEL	18,7	31,7	39,6	48,8	51,3	8,9	14,8	24,1	29,9	37,9
FRE	1,1	0,7	1,4	1,8	0,9	0,0	1,0	1,2	2,5	1,7
MAQ	0,6	0,1	1,4	1,8	1,0	0,1	0,0	0,2	0,8	0,4
INDBENS	25,9	34,1	40,0	43,3	46,8	23,4	27,2	32,4	35,0	38,7
RENFAM <sup>1</sup>	0,36	276,71	356,71	374,71	652,84	0,24	191,93	226,82	288,50	388,92
RENFAMC <sup>2</sup>	514,99	591,80	631,10	542,44	695,32	341,93	410,48	401,29	417,64	414,23
RENFAMP <sup>3</sup>	15,0	21,7	25,1	17,4	30,6	0,0	5,9	5,1	6,6	6,3
INDREND	15,0	21,7	25,1	17,4	30,6	0,0	5,9	5,1	6,6	6,3
ICV	40,6	48,2	51,0	50,1	57,2	20,6	28,2	28,1	31,2	33,8

  

Índices parciais e ICV	Famílias dos empregados temporários									
	Urbano					Rural				
	1992	1995	1998	2001	2004	1992	1995	1998	2001	2004
MAT	76,3	79,4	78,8	83,3	87,7	68,1	63,1	70,4	70,9	77,8
TELHA	97,7	95,7	94,3	94,7	96,9	92,1	91,0	87,5	94,7	95,0
BAN	50,2	65,4	61,9	70,1	80,3	16,2	22,2	27,0	30,0	42,4
PROP	70,4	75,3	80,4	74,7	75,8	77,3	75,9	76,1	73,9	79,7
INDDOM	70,4	76,7	77,1	78,5	83,0	60,5	60,5	62,9	64,2	71,3
AGUAC	31,3	47,2	47,5	48,3	60,3	4,8	7,1	8,9	10,7	19,9
COLIX	27,7	42,6	45,6	66,3	72,9	2,4	2,7	4,2	5,8	5,8
ENEL	70,6	82,8	83,3	88,1	95,7	31,3	42,0	47,5	59,6	69,1
COLESG	2,6	8,2	3,9	13,4	20,8	2,8	0,0	0,0	0,6	2,4
INDSERV	38,0	50,3	50,2	57,6	66,2	12,9	16,7	19,4	24,4	30,6
TEL	0,0	0,0	0,0	0,8	3,0	0,0	0,0	0,0	0,1	2,5
FOG	67,8	80,7	90,4	89,6	87,3	66,6	77,0	80,7	81,7	82,9
FIL	29,2	34,5	31,1	31,4	43,8	23,1	26,1	28,6	32,5	31,8
RAD	47,4	65,6	62,0	63,1	69,6	49,7	62,6	73,1	69,0	68,0
TV	1,5	4,4	20,4	36,5	46,1	0,5	1,3	13,0	19,7	31,4
GEL	7,9	14,2	22,3	27,5	41,2	4,6	3,9	11,6	14,2	24,0
FRE	0,4	0,5	0,7	0,4	0,3	0,0	0,0	0,2	0,0	0,2
MAQ	0,7	0,0	0,0	0,5	0,0	0,1	0,0	0,4	0,0	0,2
INDBENS	19,9	25,8	30,4	34,0	39,6	18,6	21,9	27,0	28,6	32,4
RENFAM <sup>1</sup>	0,35	329,57	254,19	292,59	439,25	0,25	202,09	256,98	255,44	375,60
RENFAMC <sup>2</sup>	493,20	704,86	449,72	423,56	467,83	350,73	432,21	454,65	369,78	400,04
RENFAMP <sup>3</sup>	13,1	31,5	9,3	7,1	10,9	0,8	7,8	9,8	2,4	5,0
INDREND	13,1	31,5	9,3	7,1	10,9	0,8	7,8	9,8	2,4	5,0
ICV	35,5	47,0	40,6	42,5	48,0	22,7	26,5	29,3	28,6	33,4

<sup>1</sup>Rendimento familiar médio mensal, em R\$, em valores correntes.

<sup>2</sup>Rendimento familiar médio mensal, em R\$, corrigido pelo INPC, do IBGE, para dezembro de 2005.

<sup>3</sup>Rendimento familiar médio mensal padronizado pelo método dos valores máximos e mínimos.

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos microdados da PNAD.

**Tabela A. 1. 4 - Índice de Condições de Vida (Icv) das Famílias Agrícolas Extensas dos Empregados Permanentes e dos Empregados Temporários, Região Centro-Oeste, 1992-2004**

Índices parciais e ICV	Famílias dos empregados permanentes									
	Urbano					Rural				
	1992	1995	1998	2001	2004	1992	1995	1998	2001	2004
MAT	63,1	78,8	75,6	81,4	85,2	64,7	70,5	69,5	61,3	65,3
TELHA	93,9	97,4	93,0	97,1	96,9	93,7	95,2	94,4	94,4	96,2
BAN	83,3	90,8	92,3	90,1	91,9	72,7	79,3	83,2	86,7	93,2
PROP	54,4	67,6	65,4	62,1	62,5	3,1	6,9	5,1	6,3	6,7
INDDOM	70,7	81,3	79,6	79,8	81,2	50,6	55,3	55,4	55,0	58,1
AGUAC	60,6	75,6	81,6	83,8	88,0	59,2	70,4	72,9	76,2	86,5
COLIX	52,2	66,9	87,2	84,7	86,5	0,6	1,2	2,0	4,1	8,4
ENEL	88,8	97,8	95,0	97,7	97,7	57,5	72,6	79,0	83,8	89,6
COLESG	6,0	7,0	7,8	16,4	9,8	0,0	0,0	0,5	0,3	0,0
INDSERV	57,3	67,3	71,6	74,6	74,6	36,2	44,6	47,7	50,6	56,1
TEL	5,0	4,6	5,4	14,3	31,5	1,6	3,1	4,6	13,2	35,1
FOG	96,9	97,4	97,4	99,3	98,4	89,3	92,1	91,8	94,8	94,2
FIL	60,9	56,0	48,7	43,8	47,1	60,7	59,2	65,3	53,4	54,2
RAD	70,8	78,0	75,7	69,3	77,7	78,3	82,9	85,2	78,3	85,8
TV	25,8	40,6	62,5	72,4	80,7	10,3	24,5	55,7	57,3	71,5
GEL	47,3	65,9	71,0	76,2	80,9	37,4	42,4	59,7	62,7	74,2
FRE	8,0	10,0	9,8	11,5	13,5	6,7	9,7	14,4	20,4	28,2
MAQ	9,8	13,6	12,1	15,4	8,8	8,2	5,8	10,4	8,5	12,8
INDBENS	42,3	48,4	51,7	55,1	60,9	37,1	41,2	50,8	51,7	61,3
RENFAM <sup>1</sup>	0,77	641,42	771,31	1.032,76	1.366,81	0,43	299,18	419,82	580,12	847,22
RENFAMC <sup>2</sup>	1.091,52	1.371,81	1.364,61	1.495,05	1.455,75	612,93	639,86	742,75	839,80	902,35
RENFAMP <sup>3</sup>	65,0	89,3	88,7	100,0	96,6	23,5	25,8	34,8	43,2	48,6
INDREND	65,0	89,3	88,7	100,0	96,6	23,5	25,8	34,8	43,2	48,6
ICV	60,9	75,1	76,0	81,1	81,3	36,1	40,7	46,0	49,5	55,1

  

Índices parciais e ICV	Famílias dos empregados temporários									
	Urbano					Rural				
	1992	1995	1998	2001	2004	1992	1995	1998	2001	2004
MAT	63,4	71,4	71,6	71,0	85,0	55,7	54,2	69,5	69,9	62,3
TELHA	93,3	97,7	94,9	99,0	97,3	79,7	78,6	86,6	89,0	92,2
BAN	73,7	78,2	82,4	93,1	96,4	45,3	55,9	60,2	64,6	63,8
PROP	59,4	74,0	65,4	69,8	62,6	41,8	51,6	49,9	49,0	58,2
INDDOM	69,7	78,4	76,2	81,2	82,5	51,9	57,7	63,0	64,4	66,1
AGUAC	35,2	58,7	64,2	68,5	85,4	18,4	30,4	33,5	39,5	47,7
COLIX	39,5	57,5	73,1	84,3	90,9	1,3	5,2	8,2	4,6	17,8
ENEL	80,0	93,8	95,2	89,0	98,2	25,1	45,7	46,6	59,4	59,9
COLESG	4,4	4,8	11,7	6,2	3,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
INDSERV	44,7	59,1	65,2	65,1	73,6	13,9	24,9	26,6	32,0	36,8
TEL	0,0	1,1	0,0	5,7	18,3	0,0	0,0	0,0	6,1	8,8
FOG	96,7	96,7	96,3	97,1	95,3	81,2	94,7	93,0	95,4	89,7
FIL	47,3	50,2	54,9	47,7	44,8	55,5	63,5	54,9	65,6	54,8
RAD	57,3	73,2	75,8	73,7	66,0	50,2	81,8	78,3	73,8	75,4
TV	3,4	21,4	34,6	50,2	68,9	1,3	10,3	23,3	33,3	37,3
GEL	25,2	49,4	37,4	56,1	65,2	10,8	23,1	33,3	28,7	45,7
FRE	0,0	2,2	3,5	7,0	3,7	1,4	0,0	1,6	4,7	3,9
MAQ	0,0	1,7	3,8	6,8	5,5	4,1	0,0	1,8	1,5	0,0
INDBENS	30,1	39,4	40,3	46,4	51,3	25,6	34,9	37,4	40,4	42,3
RENFAM <sup>1</sup>	0,70	537,41	474,32	661,91	817,25	0,49	390,18	408,59	368,71	635,88
RENFAMC <sup>2</sup>	988,18	1.149,37	839,17	958,20	870,43	688,05	834,48	722,88	533,76	677,26
RENFAMP <sup>3</sup>	56,0	70,0	43,1	53,4	45,8	30,0	42,7	33,0	16,6	29,1
INDREND	56,0	70,0	43,1	53,4	45,8	30,0	42,7	33,0	16,6	29,1
ICV	52,7	64,6	56,7	62,4	63,1	31,5	41,3	40,4	37,1	43,1

<sup>1</sup>Rendimento familiar médio mensal, em R\$, em valores correntes.

<sup>2</sup>Rendimento familiar médio mensal, em R\$, corrigido pelo INPC, do IBGE, para dezembro de 2005.

<sup>3</sup>Rendimento familiar médio mensal padronizado pelo método dos valores máximos e mínimos.

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos microdados da PNAD.



**Tabela A. 1.5 - Índice de Condições de Vida (ICV) das Famílias Agrícolas Extensas dos Empregados Permanentes e dos Empregados Temporários, Região Sudeste, 1992-2004**

Índices parciais e ICV	Famílias dos empregados permanentes									
	Urbano					Rural				
	1992	1995	1998	2001	2004	1992	1995	1998	2001	2004
MAT	89,4	92,8	93,6	91,5	93,0	84,2	93,3	91,4	95,4	95,3
TELHA	96,6	90,7	96,4	94,0	87,6	96,9	97,5	95,4	96,3	97,0
BAN	91,2	95,8	96,7	94,2	99,1	77,2	87,1	89,4	90,8	93,5
PROP	61,0	62,9	59,6	56,6	67,1	14,3	19,6	20,8	13,6	20,2
INDDOM	81,4	83,1	83,3	80,8	85,0	60,5	67,2	67,4	66,4	69,5
AGUAC	72,2	83,5	91,6	89,6	96,2	58,6	76,3	81,2	87,6	90,3
COLIX	54,0	72,8	77,7	90,4	92,4	1,5	8,0	9,3	6,1	11,6
ENEL	92,5	97,6	99,3	97,0	99,6	72,3	88,3	90,2	93,8	95,3
COLESG	50,4	62,7	70,8	75,6	78,4	1,7	2,8	2,4	0,5	2,1
INDSERV	71,4	82,1	87,5	89,3	93,0	41,6	53,3	55,5	57,5	60,1
TEL	2,2	5,2	3,0	4,0	21,5	2,0	3,1	4,7	9,5	20,1
FOG	96,5	100,0	100,0	99,7	98,9	95,3	96,8	98,0	97,9	98,6
FIL	48,9	54,7	43,2	42,3	43,4	47,8	52,1	51,0	56,2	51,9
RAD	75,6	89,5	87,3	88,3	86,7	78,1	88,1	91,1	87,3	90,8
TV	16,3	37,0	69,2	65,4	81,3	10,5	30,3	58,3	68,2	76,9
GEL	53,8	65,3	78,9	78,4	85,6	40,1	54,9	69,7	76,5	82,1
FRE	2,3	4,6	2,0	1,7	3,8	3,9	7,1	11,0	9,2	12,1
MAQ	3,2	9,1	9,3	9,2	11,4	5,1	6,8	11,1	8,9	7,3
INDBENS	39,7	48,6	54,0	53,4	60,2	36,8	44,6	52,7	56,0	60,3
RENFAM <sup>1</sup>	0,71	525,98	565,83	803,77	1.017,58	0,40	308,06	368,93	427,87	593,62
RENFAMC <sup>2</sup>	1.013,25	1.124,92	1.001,07	1.163,56	1.083,80	562,71	658,85	652,72	619,40	632,25
RENFAMP <sup>3</sup>	58,2	67,9	57,2	71,3	64,3	19,1	27,5	27,0	24,1	25,2
INDRENDIA	58,2	67,9	57,2	71,3	64,3	19,1	27,5	27,0	24,1	25,2
ICV	64,4	72,0	70,7	75,0	75,8	38,5	47,1	48,8	48,6	51,1

  

Índices parciais e ICV	Famílias dos empregados temporários									
	Urbano					Rural				
	1992	1995	1998	2001	2004	1992	1995	1998	2001	2004
MAT	85,8	95,6	96,1	94,4	96,7	73,4	83,9	87,7	85,7	89,1
TELHA	95,7	93,8	96,5	96,5	90,7	95,1	92,3	93,0	95,8	97,0
BAN	81,5	92,1	90,9	91,4	95,3	46,4	54,0	52,7	58,3	73,4
PROP	64,3	70,0	65,7	65,0	68,1	59,0	66,4	67,4	69,2	69,7
INDDOM	78,9	85,6	84,4	83,9	85,6	64,4	70,9	71,8	74,0	79,4
AGUAC	62,7	82,1	81,3	88,4	94,9	26,2	43,0	43,3	47,8	54,8
COLIX	66,1	78,5	82,1	91,2	94,0	2,9	10,5	12,6	3,3	10,2
ENEL	85,1	95,4	94,2	96,1	98,3	46,5	59,0	62,9	77,2	78,9
COLESG	55,5	69,1	74,4	79,8	85,9	3,6	8,2	8,0	1,7	2,0
INDSERV	69,4	83,3	84,4	89,7	94,0	24,4	35,6	37,4	40,6	44,3
TEL	0,4	3,7	2,3	2,1	10,4	0,0	0,0	0,5	1,9	3,2
FOG	98,4	99,7	97,3	99,1	98,8	91,1	96,2	99,1	98,3	97,6
FIL	39,4	49,2	44,6	43,1	40,4	46,3	44,6	51,6	60,9	58,4
RAD	72,1	85,8	77,3	82,9	79,3	63,0	72,3	76,9	77,2	81,0
TV	8,5	28,4	54,7	55,9	77,7	3,1	8,6	30,1	34,9	48,4
GEL	38,5	60,6	55,3	68,4	83,9	12,2	32,4	31,0	39,2	53,1
FRE	0,6	2,8	2,3	2,5	1,8	0,0	0,5	0,0	2,6	0,9
MAQ	3,5	3,8	4,1	6,6	5,1	0,0	3,9	1,8	0,4	1,2
INDBENS	34,5	44,7	46,0	49,3	55,7	27,7	33,7	38,5	41,7	46,3
RENFAM <sup>1</sup>	0,68	472,78	482,35	506,95	966,65	0,34	318,93	386,05	390,69	593,97
RENFAMC <sup>2</sup>	967,10	1.011,14	853,38	733,88	1.029,55	480,03	682,10	683,00	565,57	632,62
RENFAMP <sup>3</sup>	54,2	58,0	44,4	34,0	59,6	12,0	29,5	29,6	19,4	25,2
INDRENDIA	54,2	58,0	44,4	34,0	59,6	12,0	29,5	29,6	19,4	25,2
ICV	61,0	69,0	64,6	62,9	73,9	31,7	42,8	44,3	42,8	47,8

<sup>1</sup>Rendimento familiar médio mensal, em R\$, em valores correntes.

<sup>2</sup>Rendimento familiar médio mensal, em R\$, corrigido pelo INPC, do IBGE, para dezembro de 2005.

<sup>3</sup>Rendimento familiar médio mensal padronizado pelo método dos valores máximos e mínimos.

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos microdados da PNAD.

**Tabela A. 1. 6 - Índice de Condições de Vida (Icv) das Famílias Agrícolas Extensas dos Empregados Permanentes e dos Empregados Temporários, Região Sul, 1992-2004**

Índices parciais e Icv	Famílias dos empregados permanentes									
	Urbano					Rural				
	1992	1995	1998	2001	2004	1992	1995	1998	2001	2004
MAT	29,3	47,0	45,5	49,2	52,8	26,1	28,2	28,4	33,0	32,4
TELHA	82,0	90,9	85,9	93,5	87,8	93,4	92,3	92,9	88,2	87,3
BAN	82,4	94,3	96,2	89,4	96,3	82,2	94,0	91,5	92,5	96,1
PROP	64,3	73,9	67,6	66,7	78,1	12,8	22,6	19,4	16,7	21,4
INDDOM	64,5	76,4	73,7	73,5	79,2	48,1	55,0	53,4	53,0	55,3
AGUAC	65,9	90,3	85,0	85,8	89,9	68,8	82,4	87,7	90,1	93,8
COLIX	69,4	87,1	86,1	82,8	82,5	1,3	5,7	7,4	9,6	16,3
ENEL	82,1	96,3	91,7	92,5	96,8	78,4	87,7	89,1	92,0	96,4
COLESG	0,0	6,5	2,3	18,8	14,9	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0
INDSERV	58,1	74,2	70,1	73,5	75,2	46,1	53,8	56,2	58,1	61,8
TEL	3,8	6,3	9,0	8,3	40,1	2,0	1,5	6,0	20,5	49,0
FOG	97,3	98,0	98,2	97,0	98,4	88,1	95,9	94,9	97,0	98,7
FIL	5,9	9,6	10,8	5,7	3,2	9,1	7,2	5,6	4,5	5,7
RAD	86,9	94,0	84,7	87,8	84,0	89,1	93,0	96,6	93,8	91,4
TV	16,4	45,8	45,1	65,0	73,3	11,6	26,6	60,1	64,4	80,3
GEL	49,6	71,9	72,6	69,7	91,4	56,1	65,7	78,4	79,9	88,0
FRE	6,4	18,9	13,8	10,7	13,7	13,4	20,0	30,8	36,1	40,6
MAQ	8,9	15,8	12,7	14,9	21,6	9,5	7,3	18,3	17,5	14,2
INDBENS	37,1	48,5	47,5	49,7	60,2	36,8	42,3	52,2	55,8	64,6
RENFAM <sup>1</sup>	0,75	684,68	636,87	591,57	1.328,95	0,49	278,40	385,63	482,15	758,40
RENFAMC <sup>2</sup>	1.064,42	1.464,33	1.126,76	856,37	1.415,43	699,35	595,42	682,26	697,97	807,75
RENFAMP <sup>3</sup>	62,7	97,3	68,1	44,6	93,1	31,0	22,0	29,5	30,9	40,4
INDRENDA	62,7	97,3	68,1	44,6	93,1	31,0	22,0	29,5	30,9	40,4
ICV	57,8	78,1	66,5	59,9	79,6	40,1	41,7	45,9	47,3	53,5

  

Índices parciais e Icv	Famílias dos empregados temporários									
	Urbano					Rural				
	1992	1995	1998	2001	2004	1992	1995	1998	2001	2004
MAT	31,7	33,4	40,2	42,7	41,7	6,0	16,4	17,4	21,6	20,8
TELHA	97,2	91,9	97,0	98,4	93,2	78,5	97,9	90,4	93,9	82,4
BAN	76,8	87,6	92,8	85,5	97,3	47,9	71,1	75,5	84,3	86,4
PROP	65,8	72,5	74,3	75,8	76,1	62,8	61,5	58,2	68,4	67,2
INDDOM	66,4	71,2	75,6	74,8	77,2	48,6	60,1	59,2	66,6	64,8
AGUAC	66,1	72,4	79,4	88,7	86,3	20,9	48,6	49,5	78,7	72,2
COLIX	64,3	73,7	86,5	85,5	95,3	4,8	18,8	13,4	13,4	17,2
ENEL	85,0	91,3	92,8	96,8	91,7	39,3	64,6	71,2	70,6	75,5
COLESG	2,9	5,9	2,2	7,5	6,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
INDSERV	58,9	65,1	69,0	73,9	72,9	20,0	38,8	40,4	48,3	48,8
TEL	0,0	0,7	1,0	3,7	14,1	0,0	0,0	0,0	7,7	13,5
FOG	87,8	93,4	95,8	95,1	91,8	85,7	70,7	84,3	93,9	94,5
FIL	3,6	5,2	2,1	1,6	4,2	3,6	2,9	3,3	3,2	5,0
RAD	67,7	82,5	84,5	80,7	82,1	73,7	82,5	82,5	81,8	87,3
TV	4,6	10,6	36,3	38,9	48,1	4,8	5,2	17,6	38,6	46,2
GEL	29,8	41,5	62,8	67,9	68,3	20,8	33,2	30,5	57,1	58,3
FRE	0,4	3,0	2,0	3,8	2,7	2,4	8,4	9,7	18,1	16,8
MAQ	1,0	2,2	6,3	5,4	10,1	0,0	10,5	4,3	10,4	5,0
INDBENS	26,6	32,4	40,6	41,7	45,2	25,6	27,5	30,8	42,1	44,8
RENFAM <sup>1</sup>	0,39	299,77	294,36	481,92	709,72	0,43	352,84	299,63	393,56	590,37
RENFAMC <sup>2</sup>	552,31	641,12	520,79	697,64	755,90	604,30	754,62	530,11	569,73	628,79
RENFAMP <sup>3</sup>	18,2	25,9	15,5	30,8	35,9	22,8	35,8	16,3	19,8	24,9
INDRENDA	18,2	25,9	15,5	30,8	35,9	22,8	35,8	16,3	19,8	24,9
ICV	42,0	48,3	48,3	54,5	57,1	29,6	41,6	35,9	42,8	44,5

<sup>1</sup>Rendimento familiar médio mensal, em R\$, em valores correntes.

<sup>2</sup>Rendimento familiar médio mensal, em R\$, corrigido pelo INPC, do IBGE, para dezembro de 2005.

<sup>3</sup>Rendimento familiar médio mensal padronizado pelo método dos valores máximos e mínimos.

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos microdados da PNAD.

**Tabela A. 1. 7 - Índice de Condições de Vida (ICV) e Progresso Relativo das Famílias Agrícolas e Pluriativas dos Empregados Permanentes e dos Empregados Temporários Brasil e Grandes Regiões, 1992-2004**

Categorias de famílias agrícolas	ICV					Prog. rel. (%)
	1992	1995	1998	2001	2004	1992-04
Empregado permanente urbano - Sul (pluriativa)	73,6	78,5	76,4	75,3	77,7	15,7
Empregado permanente urbano - Centro-Oeste (pluriativa)	70,1	78,5	77,0	76,8	76,5	21,3
Empregado permanente urbano - Sudeste (pluriativa)	70,2	70,2	76,4	79,7	75,0	15,8
Empregado permanente urbano - Brasil (pluriativa)	64,9	69,6	70,4	72,2	73,5	24,5
Empregado temporário urbano - Sudeste (pluriativa)	60,1	65,9	73,6	70,3	72,8	32,0
Empregado temporário urbano - Sul (pluriativa)	51,6	55,9	62,4	59,6	72,0	42,2
Empregado permanente urbano - Nordeste (pluriativa)	52,5	58,5	58,5	62,7	69,0	34,7
Empregado temporário urbano - Centro-Oeste (pluriativa)	55,2	65,1	74,2	67,5	67,5	27,4
Empregado temporário urbano - Brasil (pluriativa)	51,1	57,6	64,1	60,8	66,4	31,3
Empregado permanente urbano - Sudeste (agrícola)	51,2	56,7	57,8	58,9	61,3	20,7
Empregado temporário urbano - Sudeste (agrícola)	48,8	55,9	54,7	55,2	60,5	22,8
Empregado temporário urbano - Nordeste (pluriativa)	45,5	49,7	51,8	52,4	59,7	26,0
Empregado permanente urbano - Centro-Oeste (agrícola)	46,3	55,0	56,0	58,5	59,5	24,7
Empregado permanente urbano - Sul (agrícola)	43,6	56,1	51,2	49,9	58,6	26,6
Empregado permanente urbano - Brasil (agrícola)	42,5	49,4	51,1	51,4	55,5	22,6
Empregado permanente urbano - Norte (pluriativa)	38,2	42,3	45,6	48,2	54,0	25,6
Empregado temporário urbano - Centro-Oeste (agrícola)	40,1	48,8	47,0	50,4	52,7	21,1
Empregado permanente rural - Sul (pluriativa)	41,3	43,2	46,2	46,7	52,3	18,9
Empregado temporário rural - Sudeste (pluriativa)	41,0	46,2	52,2	49,2	52,2	19,0
Empregado permanente rural - Centro-Oeste (pluriativa)	37,4	40,3	47,0	50,3	51,8	23,0
Empregado permanente rural - Sudeste (pluriativa)	46,4	47,6	48,8	49,8	51,0	8,5
Empregado permanente urbano - Nordeste (agrícola)	37,2	43,3	45,3	46,2	50,3	20,9
Empregado temporário urbano - Brasil (agrícola)	37,9	42,6	44,3	46,8	49,8	19,2
Empregado temporário rural - Sul (pluriativa)	37,4	39,7	52,5	44,7	49,7	19,6
Empregado permanente rural - Brasil (pluriativa)	38,7	41,2	44,9	46,8	49,7	17,8
Empregado temporário rural - Centro-Oeste (pluriativa)	33,7	38,6	31,8	50,6	49,5	23,8
Empregado temporário urbano - Sul (agrícola)	37,9	42,4	44,8	47,5	49,0	17,9
Empregado permanente urbano - Norte (agrícola)	31,8	44,3	44,9	43,7	47,5	23,0
Empregado temporário urbano - Norte (pluriativa)	33,3	39,0	40,9	44,2	47,4	21,2
Empregado temporário rural - Brasil (pluriativa)	35,3	38,9	42,6	45,6	47,4	18,7
Empregado temporário urbano - Nordeste (agrícola)	32,5	39,9	38,5	40,9	45,5	19,3
Empregado permanente rural - Sudeste (agrícola)	34,2	40,9	42,8	43,2	45,5	17,2
Empregado permanente rural - Sul (agrícola)	33,1	36,7	39,3	40,4	44,3	16,8
Empregado permanente rural - Centro-Oeste (agrícola)	30,8	34,9	38,2	39,8	44,1	19,3
Empregado permanente rural - Nordeste (pluriativa)	30,9	34,5	38,9	41,1	43,7	18,6
Empregado temporário rural - Sudeste (agrícola)	29,0	36,2	37,6	38,4	42,1	18,5
Empregado permanente rural - Brasil (agrícola)	29,7	33,1	36,8	38,3	41,6	16,9
Empregado temporário urbano - Norte (agrícola)	29,1	37,1	35,0	38,7	41,3	17,2
Empregado temporário rural - Sul (agrícola)	24,5	33,6	32,2	38,3	38,9	19,2
Empregado temporário rural - Nordeste (pluriativa)	28,2	29,6	34,9	37,7	38,2	13,9
Empregado temporário rural - Brasil (agrícola)	25,3	29,2	32,8	34,6	37,5	16,4
Empregado temporário rural - Centro-Oeste (agrícola)	24,7	31,7	32,9	33,3	36,5	15,7
Empregado permanente rural - Nordeste (agrícola)	20,6	26,8	27,0	29,7	32,4	14,9
Empregado temporário rural - Nordeste (agrícola)	22,6	24,7	27,1	28,1	32,3	12,6

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos microdados da PNAD.